



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS XI
CURSO DE PEDAGOGIA

MELINA PIMENTEL FERREIRA LIMA

**OLHARES DA FAMÍLIA SOBRE OS DESAFIOS DE INCLUIR
A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA: UM
ESTUDO DE CASO**

SERRINHA-BA
2011

MELINA PIMENTEL FERREIRA LIMA

**OLHARES DA FAMÍLIA SOBRE OS DESAFIOS DE INCLUIR
A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA: UM
ESTUDO DE CASO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial de avaliação para obtenção do grau de licenciado em Pedagogia, do Curso de Pedagogia - Docência e Gestão de Processos Educativos, da Universidade do Estado da Bahia, Campus XI / Serrinha.

Orientadora: Prof^a. Msc. Juscely Maria Oliveira de Carvalho Cardoso

SERRINHA- BA
2011

MELINA PIMENTEL FERREIRA LIMA

**OLHARES DA FAMÍLIA SOBRE OS DESAFIOS DE INCLUIR
A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA: UM
ESTUDO DE CASO**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado(a) em Pedagogia – Gestão de Processos Educativos, Departamento de Educação – DEDC, Campus XI – Serrinha, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, pela seguinte banca examinadora:

Serrinha, 26 de setembro de 2011

Banca:

Prof.^a Msc. Juscely Maria Oliveira de Carvalho Cardoso
Universidade do Estado da Bahia - UNEB (Orientadora)

Ana Santiago

Maria Cezarela de Oliveira Carvalho

Dedico este trabalho as famílias que tem em seu laço crianças com Síndrome de Down, por saber das dificuldades encaradas e quanta força necessitam para enfrentar as barreiras da ignorância, da sociedade e da vida. À todas as crianças, em especial, ao sujeito desta pesquisa, pela criança encantadora que é, com simples atos nos ensinam o sentido da vida e a sua valiosa importância.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força e serenidade neste longo e árduo percurso, por ter me tranquilizado nos momentos de deslize e desmotivação, me concedendo coragem, saúde e possibilidade de aprender algo novo a cada dia.

Aos meus pais, por me fornecerem a base de tudo, a colegas próximos que estiveram presente nos momentos mais difíceis desse percurso, acompanhando as horas de aflição, de dúvidas e angústias, superando juntos, e todos os meus amigos e companheiros que me apoiaram e me incentivaram em mais uma etapa de minha vida.

Agradeço profundamente a família e aos queridos sujeito e contribuintes da pesquisa, que sem eles esse trabalho não teria caminhado, a todo apoio e prestatividade durante os momentos de contato, ao acolhimento e a receptividade, resumidamente, a tudo, pois sem eles o caminho teria sido bem mais complicado e doloroso.

RESUMO

Este texto monográfico traz como temática central a discussão sobre a inclusão de crianças com Síndrome de Down no processo escolar, apresentando nas entrelinhas quais foram os maiores desafios que a família da criança vivenciou no processo de inclusão escolar. Para isso o mesmo busca descrever a Síndrome de Down, apontando o olhar da família frente às dificuldades enfrentadas em relação ao processo de inclusão escolar da criança com Síndrome de Down. As considerações pontuadas no corpo do texto foram subsidiadas nas políticas públicas que defendem a inclusão escolar da criança Down na escola regular. Para isso, efetivamos uma pesquisa de caráter teórico empírico cuja metodologia desenvolvida sustenta-se ao estudo de caso, com formalização da entrevista, análise de documentos e história oral, aplicados na família da criança com Síndrome de Down e nos docentes. Subsidiando a coleta de dados, sustentou-se o processo através do olhar qualitativo, onde o pesquisador tem por objetivo coletar as informações dando ênfase aos dados textuais e interpretativos, valorizando o papel dos sujeitos na pesquisa. Para referenciar teoricamente o estudo, dialogamos com a teoria sócio-interacionista de Vygotsky na qual o meio e o outro são fatores indispensáveis ao processo de aprendizagem. Os resultados compreendidos revelam os reflexos de uma formação escassa, refletindo sobre esta o desenvolvimento dos sujeitos na sala de aula. Além disso, é perceptível a necessidade de olhares com maior preocupação e responsabilidade frente ao processo de inclusão, a atuação e concretização de leis e ações em prol a educação.

Palavras-Chave: Síndrome de Down. Família. Inclusão. Escola.

ABSTRACT

This text has as central theme monographic discussion on the inclusion of children with Down syndrome in the school process, with the lines which were the biggest challenges that the child's family experienced in the process of school inclusion. For this it attempts to describe the syndrome, pointing to the family looking forward to the difficulties faced in relation to the process of school inclusion of children with Down syndrome. The considerations punctuated in the text have been subsidized in public policies that advocate the inclusion of school children in regular schools Down. For this, we effected a search of a theoretical empirical methodology which is underpinned by the case study, with formalization of the interview, document review and oral history, the family applied for a child with Down syndrome and teachers. Subsidizing the data collection, held up the process by looking at quality, where the researcher aims to collect information with emphasis on the textual data and interpretation, emphasizing the role of subjects in research. To refer to the theoretical study, dialogue with the theory of Vygotsky's social interaction in which the middle and the other factors are essential to the learning process. The results reveal understood the consequences of a poor education, reflecting on the development of this subject in the classroom. Beyond it is apparent the need to look with greater concern and responsibility towards the inclusion process, the operation and implementation of laws and actions to promote education.

Keywords: Down syndrome. Family. Inclusion. School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – X, Sujeito da Pesquisa.....	39
Figura 2 – Sala da escola especial.....	46
Figura 3 – Alfabeto da sala especial.....	47
Figura 4 – Cantinho de descanso.....	47
Figura 5 – Atividade da primeira escola, regular.....	51
Figura 6 – Trabalho da fonoaudióloga.....	57
Figura 7 – Trabalho da fonoaudióloga.....	57

LISTA DE SIGLAS

CENESP: Centro Nacional de Educação Especial

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB: Lei de Diretrizes e Bases

MEC: Ministério da Educação e Cultura

NEE: Necessidades educacionais especiais

PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação

SEESP: Secretaria de Educação Especial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 UM ESTUDO SOBRE A INCLUSÃO DE CRIANÇAS DOWN NA ESCOLA PELA ÓTICA SÓCIO-INTERACIONISTA	14
1.1 DEFININDO A SÍNDROME DE DOWN.....	18
1.2 A FAMÍLIA E A CRIANÇA COM DOWN.....	22
1.3 A CRIANÇA DOWN X ESCOLA: CAMINHOS E AVANÇOS.....	24
1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR.....	28
2 METODOLOGIA	34
2.1 PESQUISA.....	34
2.2 O PROCESSO DE COLETA DE DADOS E OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	36
2.3 SUJEITOS COLABORADORES DA PESQUISA.....	38
2.4 LÓCUS.....	40
3 DESCORTINANDO A REALIDADE	41
3.1 PERFIL ESCOLAR DA CRIANÇA DOWN	41
3.2 DESCREVENDO O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR.....	43
3.3 DIFICULDADES X POTENCIALIDADES NO PROCESSO E ESCOLARIZAÇÃO DO MENOR.....	50
3.4 APONTAR SUGESTÕES DE PROPOSTAS PARA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA REGULAR	54
4 CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIAS	62
APÊNDICES	67

INTRODUÇÃO

A educação é uma das maiores conquistas que o homem pode ter. Suas mudanças e descompassos ocorrem à medida que o mundo muda, sempre procurando atender às necessidades de ordem geral impostas pelas conjunturas político-econômicas e sociais. Como espaço de conhecimento num âmbito formal, a escola é o local onde se perpetua a educação, procurando formar os cidadãos aptos para atuar na sociedade.

Muitos desafios a ela são atribuídos, sendo que a mesma carrega os valores, os costumes, as culturas, a pluralidade e a diversidade de uma sociedade.

Pautando-se nos muitos desafios à escola impostos, e considerando os mais que virão, o espaço formal de educação perpassa por grandes desafios e ressignificações nos dias atuais.

Ao tratar de diversidade, hoje em dia é comumente visto nas salas de aula as crianças com necessidades educacionais especiais e crianças que apresentam algum tipo de deficiência.

A grande questão posta na contemporaneidade se focaliza na necessidade de construção de práticas educativas efetivamente inclusivas em que, a diversidade seja abraçada como força motriz dos processos de aprendizagem e não apenas como barreira.

Ao pontuarmos a realidade da criança que tem a Síndrome de Down na escola, veremos que muitos equívocos ainda são cometidos em nome de uma prática de inclusão, que efetivamente não se concretiza, imprimindo a criança “escolarizada” um estado de não pertencimento ao grupo, condenando o sujeito com necessidades especiais a mergulhar num mundo de retenção e não aprendizagem.

Neste sentido, sendo aluna do curso de Pedagogia do Campus XI, e através de trabalhos de campo, mediados pela disciplina de Educação Especial e as Práticas de Estágio Curricular, fui tomando contato direto com a realidade de crianças com

Down e fluiu destes cenários o desejo de estudar mais sobre o processo de inclusão escolar das crianças com necessidades educacionais especiais.

Assim, emerge a necessidade de pesquisar o seguinte problema: quais os desafios que a família vivência no processo de inclusão de uma criança com Síndrome de Down, cuja problemática motivou a pesquisa e alimentou a construção deste texto.

O descaso frente às necessidades de uma educação globalizante, uma educação democrática, que forneça aos alunos subsídios para desenvolver suas habilidades, suas potencialidades faz com que desestimule tanto os alunos quanto os pais, por acreditarem que a educação será um fator pertinente para a evolução do desenvolvimento e meio contributivo na inserção desse indivíduo a sociedade.

Uma das maiores aflições que envolvem os pais de crianças com Síndrome de Down consiste no desenvolvimento do potencial cognitivo da criança, visto que essa síndrome traz como consequência uma deficiência intelectual. Existe uma grande variação na capacidade mental das crianças, apresentando estas um desenvolvimento lento, que é particular em cada indivíduo.

Em função disto, a entrada dos filhos na escola, representa momentos marcantes para seus pais, sendo que estes necessitam de uma atenção e um tratamento mais cuidadoso e ao entrarem na escola, como um meio de socialização e melhor desenvolvimento para estas crianças, entra-se em questão quais os espaços que estão realmente preparados para receber as crianças com Down.

Diante da realidade vivida pelas famílias de crianças com Síndrome de Down, buscamos efetivar uma pesquisa em que fosse dada voz a tais pessoas, como atores sociais singulares na edificação de políticas públicas de atenção aos sujeitos com necessidades educacionais especiais. Assim, o estudo teve como objetivos: traçar o perfil escolar da criança com Síndrome de Down, conjuntamente com a família, identificar quais as dificuldades enfrentadas no processo de inclusão escolar do seu filho, verificar durante esse percurso quais os avanços ocorridos sob a metodologia de ensino adotada pela(s) escola(s), e por conclusão através das análises e estudos, apontar sugestões de propostas para inclusão de crianças com Síndrome de Down na escola regular.

Através dessas inquietações tomaremos como ponto de partida o desafio em conceituar a Síndrome de Down, pesquisar as deficiências que são causadas

através desta, dialogar com a família para saber os desafios enfrentados no percurso, para acerca disto dar continuidade a monografia.

Como caminho para traçar o percurso da pesquisa, na coleta de dados, foi necessário a utilização da entrevista, da história oral e da análise de documentos subsidiando esta, pelo método do estudo de caso, propício por ser um método onde permite ao pesquisador uma maior aproximação ao seu objeto de estudo. Configurando o olhar da pesquisa, com um viés qualitativo, captando todas as informações necessárias, extraíndo da melhor forma possível, dados que viabilizem e qualifique o estudo, permitindo ao pesquisador extrair informações validadas em fatos processuais.

O trabalho efetivado foi pautado em estudos que visaram à busca da compreensão e discussão dos fatos, onde está dividido em introdução, referencial teórico, cujo se subdivide em quatro tópicos para uma melhor compreensão e aprofundamento. No primeiro tópico apresentamos a idéia que subsidia a inserção da criança com Síndrome de Down no meio social, Vygotsky, sócio-interacionista.

No segundo subtópico é feita a descrição da anomalia, suas características e limites, proporcionando informações para uma melhor compreensão do assunto. Posteriormente, descreve-se o contexto da família frente a um filho com Síndrome de Down, seus impasses e dificuldades, segmentando com o espaço da escola, segundo meio de socialização da criança.

Finalizando o referencial teórico reportando as políticas direcionadas à inclusão das crianças com Down.

Consequente, apresentamos a metodologia descrevendo o percurso do trabalho e a análise de dados, relatando os frutos da coleta, conjuntamente com estudos aprofundados, e por fim, a conclusão da pesquisa. Deste modo, acreditamos na pertinência das informações e discussões aqui tecidas sendo que este texto poderá ser ressignificado pelas múltiplas leituras que nossos interlocutores farão do exposto.

Em linhas gerais, o estudo nos possibilitou manter um contato amplo com a realidade da família de uma criança que tem Síndrome de Down, revelando que, em grande parte da trajetória escolar do menor, ele não obteve êxito. Ou seja, há uma tentativa de incluir o garoto, porém com práticas não sistematizadas revelando-se que, as escolas ainda não encontraram uma articulação de fato, que as torne inclusiva.

Sendo assim, consideramos que este texto tem uma pontuação de tempo e local, e que certamente, poderá ser redefinido, reconfigurado e ganhar continuidade sempre, afinal, a Síndrome de Down é um fenômeno humano e como tal, os conceitos e atitudes sofrem mudanças ao longo da história.

1 UM ESTUDO SOBRE A INCLUSÃO DE CRIANÇAS DOWN NA ESCOLA PELA ÓTICA SÓCIO-INTERACIONISTA

Muito antes de se falar em inclusão, o processo pelo qual discutiam na sociedade sobre os que ficam a margem da mesma, a integração, já não estava mais sendo suficiente para sustentar a discussão e abarcar a diversidade. Seguinte a integração, surgiu o movimento em prol a inclusão. “Por inclusão entende-se a adaptação da sociedade poder inserir pessoas com necessidades especiais em seus sistemas gerais que se prepara para assumir seus papéis.” (SASSAKI apud SAAD, 2003, p. 60).

Corroborando com o exposto acima, deve-se incluir o ser humano em seu espaço na sociedade, principalmente na escola, com uma inserção total, propondo mudanças que beneficiem a todos, diferente do discurso da integração, que preconiza mudanças somente as pessoas que estão à margem da sociedade.

Incluir, sobretudo, não é por um fim nas diferenças, é diante da mesma, romper com o paradigma da padronização, do ser normal aos olhos da sociedade.

A construção de uma sociedade inclusiva é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento e a manutenção de um Estado democrático. Entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida. (BRASIL,2001,p.20)

A escola como instituição social, é um espaço onde tem por princípio elencar a gama de diversidade da qual a sociedade proporciona. Um dos grandes desafios a qual a escola perpassa, que se entra em grande discussão de amplas esferas é a inclusão na escola, o abraço às diferenças e a dificuldade pela qual a instituição enfrenta em sua estrutura. A escola fornece inúmeras riquezas ao sujeito, desde ao acesso formal ao conhecimento científico, proporciona ao mesmo o conhecimento

de mundo, as boas maneiras, o respeito, aprender os limites, a conviver em sociedade, a interagir com outros seres, e com o meio social.

Segundo SAAD (2003, p. 93) as interações sociais com o meio ativam as formas de conduta, levando o indivíduo por meio da mediação, ao exercício das próprias funções psicológicas e ao empreendimento de não estagnação cognitiva do organismo. O outro proporciona ao sujeito a descoberta de habilidades inerentes ao indivíduo, através do contato com o meio e a mediação, as aptidões vão sendo descobertas, e o desenvolvimento se progride.

A abordagem sócio-interacionista, proposta por Vygotsky traz uma grande contribuição sobre o conhecimento dos processos psicológicos e a importância do meio sobre a aprendizagem, proporcionando aos professores e pais conhecer sobre a mesma e atuar significativamente na construção do conhecimento.

O sócio-interacionismo concebe a aprendizagem como um fenômeno que se realiza na interação com o outro, na relação das trocas entre os sujeitos e nas experiências. O meio cultural e social é imprescindível ao desenvolvimento do ser humano, e neste meio onde o indivíduo está imerso, ocorre à troca de experiências e estimulação, a criança aprende aquilo que ela vê e presencia, os costumes e hábitos de sua família, o modo de falar e as demais ações são absorvidas pelo indivíduo de acordo com a convivência no meio social.

Na perspectiva Vygotskiana é fundamental para o desenvolvimento humano a interferência de alguém, um sujeito ativador e mediador do processo, estabelecendo uma relação de ensino-aprendizagem, envolvendo alguém que aprende com alguém que ensina, intencionalmente ou não.

Segundo Vygotsky (apud LOPES 1996, p. 33) na ausência do outro, o homem não se constrói homem. Destaca-se fundamentalmente a importância de um outro no processo de formação do sujeito, defendendo a ideia de que o desenvolvimento humano acontece de fora para dentro, do meio social para posteriormente internalização.

Fortalecendo a afirmação com a ideia de Vygotsky apud SAAD (2003, p. 81) onde considera que o desenvolvimento psicológico do indivíduo se realiza primeiramente no plano externo, interpsicológico, isto é, no contexto cultural das interações sociais “como um meio de adaptação social” e posteriormente transforma-se para o plano interno, intrapsicológico “como um meio de adaptação pessoal.”

O ambiente deve proporcionar um meio estimulador onde o outro sujeito passa a ser membro ativador do processo, fazendo com que a aprendizagem ocorra, posteriormente o desenvolvimento, sempre de fora para dentro.

Esse outro a que tanto dirige-se cabe como função no ambiente formal, o professor, como figura responsável pelo andar da aprendizagem do aluno. O professor, como ser mediador dentro das suas funções e aptidões requer ensinar o aluno e promover no ambiente escolar um espaço de interesse, de estímulo para o aprendizado, fazendo com que o meio escolar seja mais um dos espaços para que o aluno possa desenvolver suas habilidades, interagir e aprender a conviver com as necessidades.

Segundo Vygotsky (1991,p.101)

A aprendizagem está relacionada ao desenvolvimento desde o início da vida humana, sendo um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas.

A abordagem sócio-interacionista concebe a aprendizagem como um fenômeno que se realiza na interação com o outro. Deste fato, é de fundamental importância a presença do outro no desenvolvimento da criança, a mediação é essencial para que a aprendizagem e a internalização ocorra.

Segundo Lopes (2005, p. 31),

Para o sócio-interacionismo de Vygotsky, o desenvolvimento é visto como realização coletiva e não individual, pois é na interação contínua com outros seres de sua espécie que a criança desenvolve todo um repertório de habilidades consideradas humanas.

É importante, sobre esta, a valorização das trocas e interações sociais, sendo estes momentos onde o sujeito constrói novas experiências, em contato com o outro, ou por mediação de outro ser, a criança é estimulada do conhecimento individual ao conhecimento coletivo, por meio dos sujeitos e do meio social na qual presencia.

A mediação é um fator importante no aprendizado e na interação, são pressupostos inseparáveis e fundamentais no processo de aprendizagem, trazendo do meio cultural-social para a internalização dos fatos e posterior desenvolvimento do sujeito.

O desenvolvimento do sujeito se dá num ambiente que propicie e estimule o aprendizado. A importância de um ambiente rico e estimulador é fundamental para a criança com Síndrome de Down. Devido a suas dificuldades, o aluno Sindrômico

necessita de maior cuidado e atenção, tendo o professor a função de tornar o dia-a-dia escolar fonte de riqueza e estimulação, proporcionando um melhor desenvolvimento da aprendizagem.

A criança com Síndrome, assim como as demais crianças não possuem instrumentos endógenos para sozinho alcançar o desenvolvimento sem o auxílio de outro sujeito. A intervenção é necessária para que o aprendizado e a internalização ocorra, tendo o outro a função primordial no desenvolvimento da criança.

O professor como mediador e ativador do processo tem a função de estimular os alunos e proporcionar caminhos adequados as suas dificuldades, para que a aprendizagem ocorra, de mediar os significados pessoais dos seus alunos e os culturalmente estabelecidos, promovendo o aprendizado e o desenvolvimento dos mesmos.

Essa intervenção do professor no processo de aprendizagem da criança é caracterizada por Vygotsky como Zona de desenvolvimento proximal. “A criança não aprende por si própria nem é arquiteta exclusiva da sua evolução, ela aprende essencialmente dos outros, através de sua relação com eles”. (FONSECA, 1995, p. 96)

É nessa área que se encontra a atuação do professor, capaz de orientar e estimular o aluno em busca de suas conquistas e desenvolver suas potencialidades, interferindo no desenvolvimento dos alunos, provocando avanços que não ocorreriam espontaneamente.

O que a criança pode fazer hoje com o auxílio dos adultos poderá fazê-lo amanhã por si só. A área de desenvolvimento potencial permite-nos, pois, determinar os futuros passos da criança e a dinâmica de seu desenvolvimento e examinar não só o que o desenvolvimento já produziu, mas também o que produzirá no processo de maturação (VYGOTSKY, LURIA, LEONTIEV, 1988, p. 113).

O desenvolvimento individual se dá num ambiente social e a relação com o outro, nas diversas esferas e níveis de atividade humana é essencial para o processo de construção do ser psicológico e individual, visto que a aprendizagem das crianças com ou sem Síndrome de Down parte da interação e da construção com o outro, e do acompanhamento para caminhar frente às dificuldades de cada um. Visto a tamanha importância do outro na construção do ser, a inclusão de crianças deficientes é enriquecedora para todos. As crianças precisam conviver com as outras para saber que nós nos constituímos e somos diferentes, a aprender a

respeitar, a viver em sociedade e a contribuir na aprendizagem do outro, fazendo com que o espaço de aprendizagem seja rico e significativo para todos.

Sabe-se que o discurso de inclusão é fato importante e necessário para uma “educação para todos”, mas a realidade da educação é ainda excludente, permanecendo a união da educação apenas no concreto, no papel, tornando a inclusão um dos maiores desafios pela qual a educação perpassa.

1.1 DEFININDO A SÍNDROME DE DOWN

A Síndrome de Down, ou trissomia do 21, é sem dúvida o distúrbio cromossômico mais comum. É resultante da não-disjunção meiótica do par de cromossomos 21. (WILLARD, 1993, p. 151). Visto em aproximadamente 1 em cada 800 a 1000 nativos, segundo Zellweger et al Schwartzman (1999, p. 20), fazendo dela a condição aneuploide¹ mais comum e compatível com a sobrevivência a termo.

O mecanismo genético que leva a trissomia livre, segundo Giovanoni (apud SAAD, 2003, p. 37) ocorre na primeira divisão da célula zigoto. As células do ser humano possuem 46 cromossomos ou 23 pares, 22 dos quais são autossômicos, determinantes das características do indivíduo e um é determinante do sexo [...], o par 21 possui um cromossomo a mais, fazendo 47 cromossomos e não 46. Esse fato, responsável pelas anomalias causadas no indivíduo com Síndrome de Down.

Além da trissomia 21, a mais conhecida, ainda existem outros dois tipos de anormalidades cromossômicas que levam a Síndrome de Down.

Segundo Pueschel apud (SAAD 2003, p. 37) ” há a trissomia por translocação onde o cromossomo 21 extra fica sobreposto para outro cromossomo, geralmente o 14,21 ou 22. E por fim o mosaïcismo, incidente em apenas 1% dos casos, quando somente algumas células têm 47 cromossomos e outras têm 46 cromossomos”.

Algumas feições da Síndrome, como apresenta Pessotti (apud SAAD, 2003, p. 42) levaram ao uso do termo “mongolismo” atribuindo a semelhança fenotípica aos povos da Mongólia, outros registros comprovam que a mesma era conhecida como “idiotia do tipo mongolóide”

¹ Célula que teve seu material genético afetado.

De acordo com Schwartzman (1999, p.13):

O reconhecimento da Síndrome de Down como manifestação clínica ocorreu em 1866, descrito por John Langdon Down. Ele assumia que havia raças superiores a outras, e que certas condições que se acompanhavam por deficiência mental apresentavam também sinais físicos que eram características de algumas das raças ditas inferiores.

Depois das contribuições de Langdon Down, outros estudiosos da época descobriram mais características da síndrome. Somente em 1959 o Dr. Jerome Lejeune e Patricia A. Jacobs descobriram que essa condição genética era causada pela existência de um cromossomo a mais.

Segundo Pueschel (1995, p. 77),

As características físicas de crianças com Síndrome de Down são formadas por influências de seu material genético (...) como o cromossomo 21 extra se encontra nas células de toda criança com Síndrome de Down, ele exerce influência na formação do corpo em todas essas crianças de forma semelhante.

Essas características físicas fazem com que o diagnóstico seja facilmente reconhecido. Caracterizado por Pueschel (1995) a criança possui braquicefalia, sua parte posterior da cabeça é afetada. O rosto apresenta o contorno achatado, devido ao pouco desenvolvimento dos ossos faciais, pescoço largo e grosso.

De acordo com (PUESCHEL, 1999; SCHWARTZMAN, 1999 apud LUIZ et al., 2008, p. 498):

Os portadores da SD podem apresentar hipotonia, baixa estatura, hiperflexibilidade das articulações, mãos pequenas e largas com prega palmar única, face larga e achatada, olhos distantes um do outro, nariz pequeno com base nasal achatada, baixa implantação das orelhas, língua projetada para fora da boca, palato ogival, cardiopatia congênita, genitais hipodesenvolvidos, excesso de pele na nuca, cabelo liso e ralo.

Segundo dados publicados por Pueschel (1995) o problema médico mais significativo é que aproximadamente 40% desses indivíduos nascem com defeitos estruturais no coração. O mais comum é um canal átrio-ventricular (AV), um defeito no qual os septos interatrial e interventricular não se fundem normalmente durante o desenvolvimento fetal. O resultado é o fluxo de sangue do lado esquerdo do coração para o lado direito e então para a vasculatura pulmonar, produzindo hipertensão pulmonar.

Conforme Bissoto (2005) a criança com Síndrome de Down apresenta entre suas dificuldades e que influenciam no aprendizado a memória curta auditiva, ocasionando assim um mínimo aproveitamento do que se aprende ouvindo, dificultando o acompanhamento de instruções faladas, especialmente se elas envolvem múltiplas informações.

Saad (2003) relata que o desenvolvimento motor também é lento. Enquanto as crianças sem a Síndrome de Down costumam caminhar entre os 12 aos 14 meses de idade, as crianças afetadas geralmente aprendem a andar com 15 a 36 meses.

Vygotsky (1988) observou que não há dois modos de desenvolvimento: um para as pessoas que tem atraso mental e outro para as pessoas que não tem atraso, enfatizando a idéia da unidade das leis do desenvolvimento da criança normal e da criança com atraso mental. As etapas de desenvolvimento são iguais para todas as crianças, a diferença é o ritmo de cada indivíduo, devido aos problemas de saúde enfrentados, os das crianças Síndrômicas são mais lentos do que as crianças sem síndrome.

Quanto ao comportamento social, antes de mais nada, é evidente que exatamente por sua deficiência, as crianças com atraso apresentam déficits também em suas competências sociais, em habilidades de relacionamento e de trato interpessoal.

Devido aos problemas médicos vistos em crianças com SD, suas taxas de sobrevivência são significativamente diminuídas. Segundo Schartzman (1999) defeitos cardíacos congênitos constituem as malformações mais frequentes e são a causa isolada mais importante de diminuição da sobrevivência.

Há uma relação importante entre a concepção de crianças com Down e a idade materna. Devido ao envelhecimento dos óvulos, a mulher já nasce com uma quantidade de óvulos que envelhecem à medida que elas também envelhecem. Segundo Willard (1993) aos 30 anos de idade, o risco começa a elevar-se abruptamente, atingindo 1 em 25 nascimentos.

Dentre as várias manifestações causadas pela Síndrome de Down, de acordo com Silva e Dessen (2002, p. 167)

A deficiência mental é uma das características mais presentes na síndrome, devido provavelmente, a um atraso global no desenvolvimento, que varia de criança para criança. Existe uma grande variação na capacidade mental e no progresso desenvolvimental das crianças com Down. O retardo mental

moderado a severo (QI variando de 25 a 60) é visto na maioria dos indivíduos com Down.

De acordo com Fonseca (1995, p. 43):

A deficiência mental (DM) é definida pela Associação Americana de desenvolvimento mental como “a condição normal na qual o cérebro está impedido de atingir um desenvolvimento adequado, dificultando a aprendizagem no indivíduo, privando-se do agrupamento social.”

Baseadas nas idéias de Darwin (PUESCHEL, 1995) Down acreditava que a condição que agora chamamos de Síndrome de Down era um retorno a um tipo racial mais primitivo. Desde a seleção natural, onde os indivíduos com características mais favorecidas, os mais aptos, permaneciam na sobrevivência e a consequente eliminação dos menos favorecidos, dos deficientes e desvalorizados pela incapacidade de exercer algo, até a seleção biológica dos espartanos, onde a criança ao nascer, sendo mal-formada doente e frágil, estes eram expostos a morte, até a segregação e marginalização operadas pelos “exorcistas” e “esconjuradores” da Idade Média.

Como salienta Schwartzman (1999, p. 4):

Os portadores de deficiência eram considerados como produto da união da mulher com o demônio, a perspectiva da deficiência andou sempre ligada a doenças sobrenaturais, demoníacas e supersticiosas. O tratamento dispensado aos deficientes só começou a mudar com a difusão do cristianismo na Europa.

Passou-se então a humanizar os deficientes, compassado as modificações diante do tratamento dado aos mesmos. Segundo Fonseca (1995, p. 8) “é no século XIX que se iniciam os primeiros estudos científicos da deficiência, mais inclinados para a deficiência mental do que a outras deficiências.”

Inspirados em experiências ocorridas na Europa e nos EUA, alguns brasileiros iniciaram, já no século XIX, a organização de serviços para atendimento a cegos, surdos e deficientes mentais. Durante um século, tais providências caracterizaram-se como iniciativas oficiais e particulares isoladas, refletindo o interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional dos portadores de deficiência.

De acordo com Mazzota (2001, p. 27) “a inclusão da educação de deficientes ou educação especial na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos 50 e início da década de 60 do século XX.”

1.2 A FAMÍLIA E A CRIANÇA DOWN

A Síndrome de Down há muitos anos foi estigmatizada como obra do mal, inferioridade e menosprezo. Durante esses anos até a nossa realidade muitos paradigmas foram deturpados, mas ficando ainda vestígios de inferioridade e preconceito perante as pessoas com deficiência.

A chegada de um filho é um momento muito marcante em uma família, sempre almejando um filho sadio, com um futuro próspero, como desejo em toda maternidade. Ao saber da notícia que a criança possui alguma “anormalidade”, gera nos pais um sentimento de “fraqueza”, impotência, por não gerar um filho “perfeito”. Surgem aí os dilemas de como será essa criança, o seu futuro, como criar, dentre as inúmeras preocupações no seio familiar.

A constituição no espaço familiar é um fator que influencia em todos os estágios na formação da criança.

A Família é o primeiro espaço social da criança no qual ela passa a construir referências e valores. As condições ambientais e familiares estão relacionadas com o desenvolvimento global do indivíduo e as interações vivenciadas podem promover a capacidade de interações do sistema nervoso em funções das experiências e das demandas ambientais (FERRARI et al., 2001). A fala, os gestos, a cultura e todas as bagagens da criança é por primeira obra da família. Com a criança com Síndrome de Down ocorre igualmente as demais, as diferenças são as respostas da criança aos estímulos e o tempo de desenvolvimento.

As crianças Síndrômicas demoram um pouco para se desenvolver, focando a partir dessa dificuldade o papel dos pais na estimulação, desde o nascimento para desenvolver suas habilidades.

A Família tem por responsabilidade principal na formação da identidade e em grande parte, pelo desenvolvimento da criança, não deixando esse encargo todo para a escola, devendo preparar o indivíduo para sua inserção na sociedade, pois é neste meio familiar que a criança passa maior parte do seu dia, e o conhecimento

dos limites e das necessidades da criança é fundamental para que os pais estimulem seus filhos desde o primeiro momento. “A forma com que os pais falam com a criança, explicando certas atividades e eventos ou lendo histórias para elas, estimulará, sem dúvida, as habilidades de comunicação de seu filho. (PUESCHEL, 1993, p. 220)

A importância da família na trajetória do desenvolvimento da criança é de desigual importância, procurando saber das dificuldades da criança, pondo-se ao conhecimento da mesma para que tornem ao máximo essas inquietudes em mínimos detalhes.

Ensinar e aprender não podem ser somente atribuições do professor, a responsabilidade está inerente ao meio social a que convive a criança, sendo a família um fator preponderante para o avanço no desenvolvimento da mesma. A interface família e escola é um dos pilares de maior importância para o progresso da criança Síndrômica.

Ao se tratar de escola, um grande pilar de discussão surge à frente, problema que muitos pais passam ao saber em qual escola colocar seus filhos.

Segundo Amaral apud SAAD (2003, p. 111),

A deficiência significando perda resulta em sofrimento tanto para a família como para a pessoa. Os mecanismos de defesa camuflam o problema sem levá-lo à aceitação plena, que é diferente da resignação, acomodação ou conformismo.

A notícia de um filho com deficiência causa nos pais dentre tantas as emoções o medo, por imaginar que seu filho irá enfrentar tamanhas dificuldades devido aos limites que a Síndrome traz, ao preconceito da sociedade, da aceitação, dentre outros dilemas que os deficientes enfrentam no dia-a-dia.

Além das contribuições no processo de desenvolvimento da criança, a família é fator indispensável na contribuição da identidade da criança, visto que a sociedade constrói a própria identidade do deficiente a partir dos seus limites e do modelo de normalidade que é estabelecido. “A discriminação induz o indivíduo a isolar-se, convivendo apenas com seus iguais ou com quem os aceite e os compreenda”. (GOFFMAN apud SAAD, 2003, p.112)

Necessita-se da instituição familiar a compreensão e o apoio frente à ignorância formada da sociedade, quebrando barreiras já no seu espaço para que a

criança sinta-se como as outras e que tenham a base da igualdade e da formação vinda do berço, de casa.

1.3 A CRIANÇA DOWN X ESCOLA: CAMINHOS E AVANÇOS

A escola como instituição empenhada na formação dos cidadãos aptos a conviver em sociedade e a formar profissionais competentes e sujeitos pensantes, tem o dever em atender a demanda de alunos e suas necessidades. Para isso a escola precisa passar por renovações no sistema educacional que opte por uma política em prol a diversidade, a qual terá de se manifestar por meio de mudanças que afetarão todos os componentes escolares.

O papel atribuído à educação seria, entre tantos, o de organizar o processo de aquisição da cultura que facilite a integração do indivíduo, sua inserção na sociedade, sua formação como pessoa e sujeito integrante na sociedade.

Segundo Mazzotta (apud SAAD, 2003, p. 129):

[...]a educação consiste em um trabalho racional de favorecer, pela diversidade de oportunidades, cada indivíduo para que venha a ser uma pessoa, no mais alto significado que se possa atribuir ao termo.

Além de todas essas atribuições e valores fornecidos pela escola, a mesma deve proporcionar ao indivíduo significado na sua permanência na escola, fazendo com que o aluno sinta-se estimulado frente a quaisquer limites que lhe seja imposto. Para dar significado, a escola necessita rever algumas idéias propostas pela mesma. Adequar-se a multiplicidade, as diferenças, não absorvendo qualquer reflexo que a sociedade estigmatiza, deturpar certos paradigmas e por em ação o belo discurso proposto nas leis, diretrizes e planos.

Dentre os inúmeros caminhos dos quais a escola necessita se preparar para assumir a inclusão, é na capacitação do quadro de funcionários, não somente de professores, e sim de todo o corpo que se constitui a escola.

A inclusão escolar começa desde o momento em que os pais matriculam seus filhos, o momento da entrada ao portão da escola até sua formação, garantindo a esse sujeito sua permanência na escola e sua formação, que lhe é de direito.

Conforme se apresenta, Brasil (2001) a formação de professores e da equipe para o ensino da diversidade são essenciais para a efetivação da inclusão.

A falta de formação e preparação da escola materializa o sujeito no espaço escolar, fazendo com que o mesmo se sinta um estranho naquele espaço, um local não pertencente a ele e nem a sua realidade. Desde o tratamento dado as crianças até as atividades propostas são fundamentais serem formuladas adequando a suas capacidades.

A criança com Síndrome de Down, como as demais crianças estão aptas a aprender, mas ao contrário das outras crianças sem deficiência, elas necessitam de uma avaliação atenciosa, pois não apresentam as mesmas condições de aprendizagem, com o desenvolvimento lento da escrita e da fala, a aprendizagem acaba se tornando um desafio maior.

A escola para a criança com Síndrome de Down é de extrema importância para o seu desenvolvimento, pois muito dos pais entram em crise ao ver seu filho crescer e não saber atender às necessidades dele, não saber lidar com a situação, pois como sabemos o desenvolvimento destas crianças em comparação a outras que não possuem Down não são os mesmos, e habilidades que crianças sem Down aprendem quase que automaticamente, na criança com Down a situação é mais delicada, entrando a escola como função de instruir e caminhar junto com esses alunos e também os pais ao alcance do potencial de cada indivíduo.

De acordo com Canning (apud PUESCHEL 1995, p. 17):

Com a Lei Federal PL-94-142, obrigando a educação para todas as crianças portadoras de deficiência e as novas orientações fornecidas pela PL 99-457, as emendas do ato de Educação do Portador de deficiência de 1986, os pais de hoje têm um número muito maior de opções educacionais para os seus filhos com Síndrome de Down de que estavam disponíveis há 20 anos.

Existem algumas opções de escola em que os pais se deparam e na maioria das vezes sempre se questionam na qual seria a melhor para o seu filho. Segundo Pueschel (1995) existem a escola de integração total, onde o aluno passa todo o horário letivo no ambiente da escola regular, convivendo na sala de aula com crianças de desenvolvimento típico.

Há além desta, a escola especial, que se enquadra na Educação especial, cuja modalidade de ensino que tem como objetivo promover o desenvolvimento global dos alunos com deficiência, que necessitam de atendimento especializado, respeitando as diferenças de cada um, de modo a lhes assegurar o pleno exercício dos direitos básicos de cidadãos e efetiva integração social. A escola especial trabalha única e exclusivamente com crianças com necessidades educativas

especiais, restringindo a convivência deste com as outras crianças sem deficiência, no decorrer das aulas. Existe também a escola de integração parcial, onde inclui-se as 2 formas principais, crianças e professores passam uma parte do dia nas classes regulares e o resto do tempo em classes especiais.

Diante da inclusão, o desafio das escolas comum e especial, é o de tornar claro o papel de cada um, pois uma educação para todos, não nega nenhuma delas. Se os compromissos educacionais dessas não são sobrepostos, nem substituíveis, cabe a escola especial complementar a escola comum, atuando sobre o saber particular que invariavelmente vai determinar e possibilitar a construção do saber universal. (BATISTA, 2006, p. 8)

De acordo com a lei nº 9394/96, Art.58. (BRASIL, 2001, p.12) que trata sobre a educação especial: "entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais."

Segundo os autores,

Nas escolas inclusivas há maior consciência das necessidades individuais de cada criança, permitindo maior flexibilidade do seu currículo e avaliação da diversidade, além de preparar o jovem para viver, brincar e para o trabalho em sociedade (BUCKLEY; BIRD, apud LUIZ et al., 2008, p. 501).

A educação já é por si só especial, seja ela para crianças com dificuldades de aprendizagem ou não, é especial para todos no sentido de almejar a se adequar às necessidades de cada aluno.

Não é o aluno que se amolda ou se adapta à escola, mas é ela que, consciente de sua função, coloca-se à disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo. Nesse contexto a educação especial é concebida para possibilitar que o aluno com necessidades educativas especiais atinja os objetivos da educação geral. (BRASIL, 2001, p. 29)

As escolas especiais são vistas por muitos como um tipo de segregação, exclusão do indivíduo mantendo-os afastados do convívio social. A mesma propõe objetivos comuns de educação das demais escolas, assegurar plena capacitação, sua preparação para a vida social diante de seus conhecimentos e suas habilidades desenvolvidas, defendidas por muitos, por serem escolas que tem por obrigação abarcar as necessidades e serem conhecedoras dos limites de cada deficiência. Imaginar uma escola regular que abrace todos os níveis de ensino e adéque à essas necessidades na nossa realidade isso é utopia. O ensino que hoje encontramos em

escolas regulares deixa a desejar desde a organização física, quão seria se englobasse crianças com necessidades especiais.

Hoje em dia encontram-se muitas instituições que dizem serem escolas especiais, mas que não cumprem as metas necessárias, são na verdade pseudo-escola incorporando ao invés de uma educação para construir e desenvolver a criança, um espaço assistencialista, sem função educacional, muitas vezes sem professores capacitados e que disponibilizam professores apenas para “tapar buraco”.

A lei nº 9.394/96 Art. 58 (BRASIL, 2001, p. 12):

Na qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional diz que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função de condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

A mesma já estabelece uma possibilidade de não integração do indivíduo na escola regular, dando opções de níveis escolares que englobem e supram as necessidades que as crianças precisam, visto que a escola regular hoje não supre as reais necessidades dos alunos sem deficiência, elencando que a responsabilidade aqui tratada sobre o não suprimento de suas responsabilidades na escola regular não esta direcionado a escola somente, e sim aos componentes que formam um espaço escolar, como a família e as políticas em prol ao funcionamento das escolas.

Essas opções de escola para inserir as crianças com Down repercutem opiniões diversas. Como o proposto nesse trabalho monográfico é a socialização do indivíduo, a interação com o outro e sua inserção na sociedade, a escola de integração parcial seria a mais justa e adequada a esse desenvolvimento, pois ela não estaria plenamente restrita na escola as pessoas com deficiência, e sim interagindo com as duas realidades.

Portanto, os dois; a escola comum e o atendimento educacional especializado, precisam acontecer concomitantemente, pois um beneficia o desenvolvimento do outro e jamais esse benefício deverá caminhar linear e sequencialmente, como se acreditava antes. (BATISTA, 2006, p. 23)

Enquanto valores não forem postos nos seus devidos responsáveis, investimentos não forem feitos a fundo na educação e a família caminhando em parceria, o discurso de uma educação única ficará apenas no papel.

O contexto de deficiência relaciona-se naturalmente com o problema do sistema escolar e de sua organização administrativa da educação em geral. Trata-se de um problema ligado a questão social e não um privilégio a criação da educação especial. A declaração dos Direitos do Homem, no seu artigo 26, é bastante clara: "Todos têm direito a educação." (BRASIL, 2004, p.14).

Ribas (apud SAAD 2003, p. 114) afirma que,

Apesar de a instituição e de certa forma a escola especial trabalharem com o indivíduo com deficiência preparando-o para integrá-lo na sociedade, ele ao sair, enfrenta uma realidade social pouco receptiva. Ora, se esse indivíduo é fruto do social, de nada adianta trabalhar somente com ele, é preciso trabalhar também, e principalmente, a fonte de sua exclusão que é a sociedade propriamente dita.

Além de trabalhar o indivíduo que é excluído da sociedade, é preciso trabalhar o fruto dessa exclusão, a sociedade, pois do que vale educar o indivíduo para se inserir na sociedade se ao adentrar na mesma, a receptividade não será a esperada, o respeito e a igualdade. É preciso rever valores na sociedade para que as classes e as pessoas mais desfavorecidas se incluam com os direitos que as tem.

Aprender a viver com o diferente, a conviver com a multiplicidade só tem a acrescentar ao ser humano, principalmente as crianças com Síndrome de Down, a saber, que existem diferenças e que são elas que completam a vida.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO ESCOLAR

Discutir e abraçar a diversidade hoje em dia é um papel e desafio que permeia não apenas a sociedade, mas os debates entre os estudiosos, especialistas e principalmente os governantes.

Frente aos desafios que a sociedade enfrenta, a escola como meio social que a compõe, necessita caminhar conjuntamente, atendendo às necessidades do meio e a diversidade.

Sabe-se das dificuldades em se incluir, no sentido que vai além do próprio denotativo, de trazer para a escola todas as dificuldades, as diferenças e riquezas na qual a mesma deve atender.

As pessoas com necessidades especiais, com síndromes, são historicamente identificadas como incapazes em função de suas deficiências, e diante da nossa realidade, acabaram por ser definidas em local de exclusão na sociedade.

A realidade pela qual nós enfrentamos hoje é reflexo do passado. Se a inclusão nas escolas hoje é topo de discussão apenas, a falta de maturação é fruto da tardia existência de investimentos e formação de políticas em prol a educação dos excluídos no meio social.

De acordo com Mazzota (2001, p. 27) a inclusão da educação especial na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX. As primeiras iniciativas tomadas no Brasil sobre o atendimento escolar especial partiu de iniciativas particulares. Somente em 1957 que a nível nacional o atendimento especial foi politicamente assumido.

Dentre essa tardia maturação sobre a educação especial e sua preocupação, percebe-se o descaso político frente à mesma e que ainda se perpetua, mesmo com alguns avanços, a realidade pública sempre deixa a desejar.

A educação inclusiva atualmente é amparada e fomentada pela legislação, e determinante de criação de políticas públicas a todas as instâncias, tanto federal quanto municipal.

O direito a educação foi primeiramente visto na Constituição de 1988, onde estabelece que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve se dar preferencialmente na rede regular de ensino.

A educação especial se encontra pela primeira vez na Lei das Diretrizes e Bases, LDB nº 4.024 /61, com dois artigos (88, 89) determinando a mesma que o aluno deveria se enquadrar no sistema geral de educação, no que se fosse possível, e explicitando apoio à iniciativa privada. (JANNUZZI, 2004)

Novamente o discurso vem apresentando a postura de uma possível não aceitação do aluno na escola regular, passando a responsabilidade para espaços privados ou especiais.

Ocultar suas reais possibilidades, mesclando a realidade do Estado e mudando o discurso para um espaço de escola inclusiva, torna cada vez mais utópico a realidade da educação.

Oferecer espaço às crianças com necessidades na escola regular não é o bastante. A inclusão ultrapassa o sentido de integrar, é necessário permanecer, fazer com que esse sujeito seja fruto do meio, precisando estes de um olhar para suas necessidades, para que se integrem com os demais, que faça parte do espaço escolar sem distinção.

Consequente a mesma, de acordo com o BRASIL (2007) a lei nº 5.692 /71, que altera a LDB de 1961, define o “tratamento especial” para alunos com deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade de matrícula e os superdotados.

O discurso sobre inclusão é promissor e democrático, porém na realidade a qual a política e educação se encontram no nosso país, se torna utópico, na medida em que não se estabelece prioridades e metas a serem concretamente cumpridas, permeando o discurso fiel somente no papel e na oralidade (no falar) da política.

Alcançar o que se propõe na educação inclusiva perpassa além de diretrizes e das políticas, é necessário investimento, concretizar o que se propõe no papel, investimentos na estrutura física da escola, no corpo docente, nos recursos dos profissionais necessários para as crianças com necessidades educacionais especiais, políticas de alcance a família, perpassa por toda uma mudança que envolve investimentos, problema o qual a escola regular enfrenta, na qual deixa a desejar a educação para os alunos sem necessidades especiais, o quão seria aos alunos deficientes.

Dando continuidade à criação de políticas, em 1973, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), responsável pela gerência da educação especial no Brasil, onde o mesmo impulsionou ações educacionais voltadas a pessoas com deficiência, mesmo assim ainda permanecendo ações por campanhas assistências e iniciativas isoladas do Estado.

Mantendo ainda a posição de criação e discussão, surge à nova LDB nº 9.394/96, reservando todo um capítulo, direcionando a educação especial preferencialmente na rede regular de ensino com apoio especializado, pela primeira vez legalmente prometido. Traz também a formação adequada do currículo, métodos, recursos e organizações específicas para atender as necessidades dos alunos.

Sobre a mesma visão, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), (BRASIL, 1990) em seu Art. 54, inciso III, estabelece o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A amplitude da discussão sobre inclusão escolar é tamanha que foram surgindo leis, projetos, encontros, diretrizes, planos, todos discutindo o acesso das crianças com necessidades especiais no espaço escolar.

Em meio a esse patamar, em 1994 ocorreu a Declaração de Salamanca, uma conferência onde segundo Schwartzman (1999, p. 251):

Foi planejada em prol a discussão sobre a garantia a todas as crianças, particularmente aquelas com necessidades educativas especiais, acesso às oportunidades de educação e promover educação de qualidade, com a introdução de idéias inovadoras entre o serviço de educação especial e a reforma do sistema educativo.

Assume-se então, a necessidade de não somente implantar novas idéias e ações, e, contudo reformar a educação, seu ideal, sua política de acesso e permanência, propondo a todos os sujeitos uma qualidade na educação que lhe é fornecida.

Destacando um trecho da Declaração de Salamanca (apud PAULON, 2005, p. 9) segundo na qual a mesma propõe “a preparação adequada de todo pessoal da educação constitui um fator-chave na promoção do progresso em direção as escolas inclusivas”

Não basta sobretudo incluir o aluno no espaço escolar sem garantir a este sua efetiva aprendizagem, sendo conquistada com a preparação do profissional, a qualidade na prática docente, dos funcionários que constituem a escola, os recursos disponíveis aos profissionais, possibilitando a estes a oportunidade de contribuírem significativamente no desenvolvimento destas crianças com necessidades especiais.

A responsabilidade recaída sobre o profissional, de melhorar a educação, somente com a “bagagem” e os recursos que lhes são disponíveis, sobrecarrega todo um futuro em cima do professor, atribuindo solidariamente essas responsabilidades.

É necessário sobre esta realidade, mais seriedade e comprometimento, investimentos para possibilitar e qualificar a prática pedagógica e a própria atuação da escola, como um todo.

Como iniciativa, verificamos que na própria LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu Artigo 59, inciso III, onde os sistemas de ensino assegurarão professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Até que ponto essa capacitação do profissional é aceitável, visto que qualquer nível de escolaridade é aceito para atuação da mesma? É necessário uma melhor politização sobre a formação do sujeito para atuar na educação especial, para que o

mesmo não objetivize o aluno, dando sentido a sua prática e valor a educação do sujeito.

Ainda no âmbito dos debates e proposições sobre as políticas públicas de fomento a inclusão escolar torna-se inegável as iniciativas do poder público no que tange a propostas de formação docente, haja vista as reformas impressas aos cursos de licenciatura e formação de educadores a exemplo da inserção de disciplinas curriculares que debatem a educação especial e inclusiva.

Em 1994, (BRASIL, 1994) é publicada a Política Nacional de Educação Especial, atualmente a Secretaria de Educação Especial (SEESP), cuja função é coordenar ações voltadas à formulação de políticas, oferecer fomento técnico e financeiro para a concretização dos discursos. A mesma serve como fundamentação e orientação do processo global da educação de pessoas com deficiências, criando condições adequadas para o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

Em 2003, é implementado pelo MEC o programa de Educação inclusiva: direito a diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos para garantir o direito de acesso a todos à escolarização.(BRASIL, 2007)

Diferente de garantir e focar meramente a inclusão dos alunos na escola regular, é lançado em 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), focando o discurso na formação de professores para a educação especial, a implementação de salas, de recursos multifuncionais, a acessibilidade física e arquitetônica das escolas, enfocando os olhares em ações que promovam a inclusão.

De acordo com as Diretrizes da educação especial na educação Básica (2001) a política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando as suas diferenças e atendendo suas necessidades.

A segregação é proposta pela própria sociedade e é necessário incluir essas pessoas “sem conhecimento” no mundo do respeito, da igualdade e diversidade.

Além de termos nítidos nas Diretrizes curriculares para educação especial de enfoque inclusivo, onde a mesma aborda a inclusão escolar assumindo suas séries resistências. Segundo Brasil (2001, p. 26):

Estas resistências se manifestam, principalmente, contra a idéia de que todos devem ter acesso garantido à escola comum. A dignidade, os direitos individuais e coletivos garantidos pela Constituição Federal impõem às autoridades e à sociedade brasileira a obrigatoriedade de efetivar essa política, como um direito público subjetivo, para o qual os recursos humanos e materiais devem ser canalizados, atingindo, necessariamente, toda a educação básica.

Não basta apenas incluir, a permanência desses alunos é uma questão democrática e de mudanças na concepção da sociedade. Não basta discutir sobre inclusão, promover a mesma, investir em reformas e mudanças se permanecemos com concepções ignorantes e discriminatórias pela falta de conhecimento.

2 METODOLOGIA

2.1 PESQUISA

Conhecer é um ato de descobrir, de desvendar espaço, de investigar o desconhecido, de aprofundar e conquistar objetivos, é acima de todas as classificações, uma necessidade do ser humano.

Para que a dinâmica do conhecimento surja, construa e se perpetue é necessário subsídios para ir fomentando o percurso na qual a descoberta perpassa. Em suma, toda essa contextualização é para situar a pesquisa, a sua importância para a descoberta e conquista do espaço, a própria conquista do ser humano frente às necessidades do 'mundo' a procura de respostas e descobertas do conhecimento.

Pesquisar é ir em busca da raiz, do conhecer e sucessivamente ao que ocorre com o objeto de estudo, permitindo ao sujeito ir além de suas próprias idéias, possibilitando a compreensão e ampliação de conhecimento, contribuindo para si e para o outro (mundo). “È através da realização de pesquisas que se chega a produzir novos conhecimentos ou aprofundar tudo que já foi construído em termos de avanço científico e tecnológico” (OLIVEIRA, 2007, p. 64)

Assim, a produção de novas idéias é feita através da busca e entendimento do desconhecido ou pouco entendido. O pesquisador, como sujeito construtor, irá investigar para conhecer o novo e também conhecer melhor e mais aprofundado o pouco conhecido, trabalhando com a pesquisa, como uma ação com finalidades e objetivos pautados a fim de colher sobre a mesma, dados, idéias, fontes que subsidiem um estudo. Segundo Ander-Egg (apud MARCONI e LAKATOS 2002, p. 28) “a pesquisa é um procedimento reflexivo e sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis em qualquer campo do seu conhecimento”.

Para iniciar as ações da pesquisa, fizemos uma visita previa com intuito de diagnosticar a realidade em termos de definir a amostra, o grupo de pessoas que iriam colaborar com o estudo, observar o lócus e o contorno do estudo em linhas de delimitação espaço-tempo e pessoas.

Como a pesquisa tem por finalidade procurar conhecer algo, o sujeito desta ação, o pesquisador, tem como característica ser um sujeito observador, e partindo dos conteúdos explorados, irá iniciar um processo de construção de conhecimento orientado pela abordagem qualitativa, pelo fato da mesma permitir a obtenção de um volume qualitativo de dados originais e relevantes, partindo da interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos, não baseados em conceitos quantitativos.

Parafraseando Oliveira apud OLIVEIRA (2007, p. 59):

As abordagens qualitativas facilitam descrever a complexidade de problemas e hipóteses, bem como analisar a interação entre variáveis, compreender e classificar determinados processos sociais, oferecer contribuições no processo de mudanças, criação ou formação de opiniões de determinados grupos e interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos.

A abordagem qualitativa tem sido suporte de uma gama de pesquisas realizadas na área da educação, visto que a mesma enfoca uma característica de analisar e interpretar os fatos sem juízo de estatísticas ou dados numéricos, dando maior significado os dados interpretativos, textuais. Assim, “As abordagens qualitativas da pesquisa se fundamentam numa perspectiva que valoriza o papel ativo do sujeito no processo de produção de conhecimento e que concebe a realidade como uma construção social” (ANDRÉ, 2005, p. 47).

Percebendo a importância do sujeito na construção e produção do conhecimento dar-se ao enfoque da abordagem qualitativa pelo fato do estudo proposto está focado em sujeitos e os processos pelos quais perpassam, seria mais do que propício avaliar as etapas e os significados processualmente, interpretando os fenômenos e os conhecendo a realidade em questão.

Tendo como instrumento de investigação do campo a ser utilizado, o estudo de caso foi escolhido como a modalidade de pesquisa para embasar na construção da monografia.

Como método de estudo, o mesmo proporciona ao pesquisador um melhor contato com o(s) sujeito(s) da pesquisa, enfocando seu estudo em casos individuais, delimitando o campo de estudo.

Como característica do estudo de caso, ANDRÉ (1995, p. 53) apresenta,

O mesmo possui a capacidade de retratar situações vividas do dia-a-dia escolar, sem prejuízo de sua complexidade e de sua dinâmica natural [...] são valorizados pela sua capacidade heurística, isto é, por oferecer insights (...) o que torna o estudo de caso especialmente relevante na construção de novas teorias e no avanço do conhecimento na área.

O pesquisador adquire uma postura de observador, procurando conhecer o fato como ele é, descrevendo e compreendendo de acordo com os elementos que poderão surgir na pesquisa, buscando novos olhares diante do desenvolvimento do trabalho. “Estudar uma unidade, bem delimitada e contextualizada, com a preocupação de não analisar apenas o caso em si, como algo a parte, mas o que ele representa dentro do todo e a partir daí.” (VENTURA, 2007, p. 386).

O olhar crítico e totalitário permite ao pesquisador conhecer as interfaces do problema também como as suas partes, permitindo ao estudo a descoberta, a interferência e análises de situações não visíveis pelos sujeitos da ação.

Segundo Walker (apud ANDRÉ 2005, p. 60):

O estudo de caso deve ser um retrato vivo da situação investigada, tomada em suas múltiplas dimensões e complexidades próprias. É um retrato de situações que constituem o caso, e por ser um estudo, é a partir destas situações investigadas que surgirão os questionamentos, as idéias, os pensamentos, conclusões e reflexões.

Visto esta necessidade de conhecimento para a construção de idéias, o contato com o espaço e o comprometimento com a descrição, o estudo de caso foi o método mais condizente com a proposta da pesquisa e os objetivos almejados, proporcionando um real contato com os sujeitos e a problemática abordada, uma dinâmica de estudo que proporciona uma melhor compreensão acerca dos fatos e da realidade da situação no seu dia-a-dia.

2.2 O PROCESSO DE COLETA DE DADOS E OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Como procedimentos necessários a pesquisa, necessitamos carregar conosco ferramentas necessárias para edificar os caminhos de um estudo. Sendo um

instrumento um “utensílio” (suporte) necessário a uma construção, sua escolha se baseia no que se pretende construir, entrelaçados no percurso. A importância da escolha dos instrumentos é para tanto significativa, pois é através dos dados e informações coletadas que serão arquitetados o caminho do estudo.

Como primeiro passo para pesquisar, conhecer o objeto de estudo, foi necessário para a construção e suporte da pesquisa, realizar entrevista, como meio de coletar informações que vão além do critério da observação, o contato com os sujeitos atuantes no processo de investigação, proporcionando melhores informações necessárias para o encaminhamento do estudo.

Segundo Camargo (apud RODRIGUES, 2007, p. 134),

Nenhum trabalho pode se contentar em apenas descrever a realidade. Esse é o grande desafio (...) delimitar a fronteira entre o descrever e o compreender, entre o registro e o entendimento. (...) a história oral, no fundo, é um instrumento pós-moderno para se entender a realidade contemporânea.

Como fonte de coleta de informações, a entrevista como além de permitir a aproximação dos sujeitos, o melhor entendimento frente as suas colocações, o seu posicionamento, enriquecendo formas de interpretação das situações de estudo.

Como característica da entrevista, visto que possui suas formas, a escolha pela mesma se deu sobre a entrevista semi-estruturada, enfocando a importância da colocação do pensamento do entrevistado, seu posicionamento frente às questões inquietantes, permitindo que o mesmo discorra sobre a temática argumentada.

Fortalecendo a argumentação com as idéias de Triviños (1987, p. 146), ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador a entrevista semi-estruturada oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessários enriquecendo a investigação.

Comumente vista conjunta com a entrevista, o entrevistador ao dissertar suas idéias está verbalizando um enredo pelo qual vivencia ou vivenciou. Esse tipo de investigação de pesquisa é conhecido como História Oral. A mesma emerge no discorrer da entrevista, no momento em que ocorre o contato do entrevistado com o depoente, o mesmo narra os fatos memorizados para que o entrevistador possa compreender e utilizar das informações necessárias para a construção do trabalho.

A História Oral foi escolhida pela sua veracidade e pela contribuição de informações que o instrumento proporcionará no transcorrer das idéias, procurando dialogar os fatos do passado com a realidade.

Como pressuposto, a História Oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado (...) garante sentido social a vida de depoentes e leitores que passam a entender a sequência histórica e sentir-se parte do contexto em que vivem (MEIHY, 1996, p. 18).

Como discorreu José Carlos Meihy, a História oral proporciona entendermos os fatos do presente que foram frutos de ações passadas. Trazendo o foco para o tema da pesquisa, saber de como foi a receptividade da criança com Down na família, seus primeiros anos, é de suma importância para compreender seu desenvolvimento no presente.

Para contribuir na compreensão dos fatos foi utilizada a análise de documentos, como informações concretas que representam a história oral, como boletins, atividades feitas pela criança, registros pedagógicos e clínicos, tendo o pesquisador como papel de interpretar esses documentos para dissertar no decorrer da pesquisa.

A análise de documentos, segundo Bell (apud CALADO e FERREIRA, 2005) serve para complementar a informação obtida por outros métodos esperando encontrar-se nos documentos informações úteis para o objeto em estudo.

Para tanto é necessário um olhar minucioso do pesquisador, imprescindível ao analisar as informações contidas nos documentos. Além disso, é necessário um mínimo de conhecimento acerca dos fatos a serem tratados, pois o conhecimento promove um olhar mais profundo da realidade, interpretando mais conscientemente.

Toda pesquisa com caráter científico, com instrumentos, métodos e voltada para o caráter empírico necessita delimitar seu objeto de estudo, seu lócus e princípios para nortear um trabalho a ser estudado. Estende-se os caminhos a seguir descrevendo os contribuintes do estudo em questão.

2.3 SUJEITOS COLABORADORES DA PESQUISA

Como toda pesquisa necessita de elementos para se constituir e de membros para fazer existir o objeto de estudo, trata-se neste tópico de descrever os participantes do percurso de pesquisa.

Ao tratarmos de família e em específico a criança com Síndrome de Down, o próprio tema monográfico responde a nós leitores, quem são os sujeitos da pesquisa.

A necessidade da contribuição na construção da pesquisa perpassa pela família, onde os sujeitos foram à mãe e a criança com Down, como é seu comportamento no cotidiano familiar, conhecer o seu percurso escolar e a visão da família frente ao processo de educação do filho com Síndrome de Down.

Com a contribuição de ambos os sujeitos, o processo de formulação de idéias e desencadeamento de objetivos vão sendo articulados e descritos para que a pesquisa flua e alcance os objetivos propostos.

Como o principal sujeito para existência dessa pesquisa, X², é uma criança traquina, conversador, muito amoroso, alegre, muito ativo, gosta de atividades que exigem movimento, dança, música, correr, adora brincar, mesmo que sozinho, ele se diverte com os seus brinquedos. Dentre essas características observadas, a que mais deixou tocada foi o carinho, tanto com os familiares, quanto com pessoas que ele não conhece, o afeto é grandioso.

FIGURA 1: X, Sujeito da pesquisa



Fonte: Melina Lima. Pesquisadora 07/04/2011

Para concretizar os objetivos propostos na pesquisa, e ouvir a voz da escola, como espaço no qual esta em destaque, foi-se necessário a contribuição das duas

² Neste estudo, por razões éticas e atentando ao Estatuto da Criança e do Adolescente, não revelaremos nome dos sujeitos.

professoras de X, a professora da sua primeira escola, da escola regular e sucessivamente, a da escola especial.

A professora da escola regular, que nomearemos de Y, tem 26 anos e possui formação em Inglês, onde atua nesta instituição há 4 anos.

Consequente, a professora da escola especial, cuja nos remeteremos por Z, tem 47 anos, atua há quatro anos com educação especial.

2.4 LÓCUS

Como toda pesquisa necessita de pessoas para se constituir um caso social, investigativo, além dos sujeitos, o meio onde eles constituem e onde a problemática da pesquisa nasce é fundamental para estruturarmos os caminhos pelos quais iremos caminhar.

Neste sentido, este estudo foi singularizado na cidade de Conceição do Coité, município Brasileiro do interior da Bahia, com uma população, segundo dados do IBGE 2008, estimada em 63.318 habitantes. O foco da pesquisa é envolvendo a história de vida do menor X e sua família quanto ao processo de escolarização da criança que tem Síndrome de Down.

3 DESCORTINANDO A REALIDADE

Após a coleta dos dados feita durante os trabalhos de campo, nos meses de abril a julho de 2011, tivemos o contato com uma grande quantidade de informações, as quais precisaram ser analisadas e refletidas.

Para isso, realizamos a leitura densa e analítica das informações tendo em vista os objetivos.

Para melhor sistematizar nossas reflexões organizamos a discussão em categorias:

3.1 PERFIL ESCOLAR DA CRIANÇA DOWN

A escola, como um dos primeiros espaços de contato social da criança, é um dos meios mais importantes através do qual o sujeito irá se desenvolver. Quanto mais cedo e oportuna for essa acessibilidade do indivíduo, melhores serão os reflexos e o desenvolvimento global da criança.

De acordo com Shwartzman (1999, p. 237):

Para a criança, frequentar a escola é entrar no mundo novo em que deverá adquirir, progressivamente, conhecimentos, cada vez mais complexos, que lhes serão exigidos na sociedade e cujas bases são indispensáveis para a formação de qualquer indivíduo.

Como nosso maior intento neste estudo era evidenciar o processo de escolarização da criança com Down na escola, buscamos como atividade inicial do processo de entendimento das nuances vividas pela família na trajetória de incluir o menor numa escola, traçar o perfil desta criança. Assim, a seguir faremos um breve perfil escolar do menor X.

O primeiro contato da criança X com a escola se deu aos três anos de idade, numa escola regular, particular, de Conceição do Coité. A família da criança optou

pela escolarização no âmbito regular, por achar que seria mais sadio ele conviver com crianças sem deficiência, vendo-o o filho como uma criança também normal, só que com algumas dificuldades que as outras não apresentam.

A entrada do filho na escola foi justificada pela mãe, como um meio de contribuir para o avanço do mesmo, ao conviver com as outras crianças e entrando mais cedo na escola, os problemas ocasionados pela SD seriam menos agravados.

Vejamos o que disse a mãe da criança:

Matriculei X na escola com três anos, para ver se quando mais cedo entrar na escola menos difícil seria para ele aprender, se ele se desenvolvia com outras crianças, para conviver com as crianças, se interagir. (Mãe)

Fredericks (apud PUESCHEL, 1995) diz que o acesso a escola regular proporciona a criança com deficiência a oportunidade de aprender a atuar no mundo. A oportunidade de aprender acontece a partir do momento em que seus direitos são exercidos e o sujeito passa de marginalizado a membro ativo na sociedade. A convivência na escola regular possibilita conhecer e aprender a lidar com a realidade, visto que a escola é reflexo da sociedade. Refletindo sobre o discurso da inclusão e a escola como espaço social, a mesma se torna excludente pelo fato de refletir o que a sociedade preconiza. As mudanças para assegurar a inclusão não se traduzem apenas e tão somente como papel da escola, por mais, função da sociedade em refletir e mudar a realidade, sendo esta a que a deturpa valores, rotula e estigmatiza pessoas, desumaniza seres e humaniza coisas.

Segundo a mãe, X permaneceu por dois anos na escola regular, sendo retirado por motivos financeiros, pois os médicos necessários para os cuidados de saúde eram caros e o SUS não disponibilizava nesta cidade. Por consequência de tamanhos gastos e também por não ver avanço em aprender a escrever, a ler, e a professora relatar que a criança não aprendeu nada durante os dois anos, não apresentou aproveitamento na aprendizagem de conteúdos, somente na interação, levou a mãe a matricular a criança em uma escola pública onde estuda atualmente.

As situações de aprendizagem na escola devem emprestar à criança com Síndrome de Down uma sensação de identidade pessoal, auto-respeito e prazer (...) oferecer uma oportunidade para as crianças envolverem-se em relacionamentos com os outros e deve prepará-las para, posteriormente, contribuir de forma produtiva para a sociedade. (PUESCHEL, 1999, p.180).

A importância da aprendizagem da criança, não somente aprendizagem de conteúdos, mas aprender a conviver, a explorar, a conhecer os espaços, as regras é

fundamental ser valorizada, fato despercebido pela mãe e pela professora. A conquista do espaço, a interação com os outros é fator fundamental e um grande avanço para as crianças Síndromicas.

A escola onde X atualmente frequenta é uma junção de mais duas escolas, regular e especial, que trabalham em parceria, num único espaço. É uma escola do município de Conceição do Coité, localizada distante do centro da cidade.

X foi matriculado na escola especial, e com avaliação da direção e professores, e por fala da professora, respeitar a lei do governo, o mesmo fica frequentando as duas escolas no mesmo espaço, dois dias na escola especial e três dias na escola regular.

A professora Z, durante as entrevistas relatou que em suas reuniões com o corpo docente, os funcionários e a direção, todos em conjunto fazem “estudos de caso” sobre as crianças, se houve evolução, mudança no comportamento e no aprendizado, se essas crianças têm condições de frequentar à escola regular, caso este que X foi avaliado, e permanece três dias na escola regular.

Esse tipo de integração do indivíduo em dois espaços é chamando de integração parcial. O aluno presencia e convive com as duas realidades, possibilitando-o aprender de diversas formas, respeitando os seus limites e integrando ao meio social, familiarizando com a realidade que encontrará na sociedade.

Das entrevistas realizadas, ambas as professoras descreveram o mesmo comportamento referente à X na sala de aula. As mesmas disseram que o aluno apresenta desinteresse ao fazer atividades que exijam calma e concentração, atividades escritas e é uma criança que tem dificuldade em se concentrar e se comportar.

Diante de tais características marcantes do processo e perfil escolar do menor X acreditamos na pertinência de estudarmos um pouco mais sobre o processo e as tentativas que a família vem construindo para aproximar X na escola.

3.2 DESCREVENDO O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

A inclusão é um novo processo que ocorre em prol a revigorar os direitos em plena função na sociedade. Frente a suas discussões devido ao pseudo-uso da

mesma e das mudanças necessárias para sua significação, é imprescindível a reformulação de idéias e práticas, sendo que o processo de inclusão esta se deparando com os problemas da educação, e o mesmo não se preserva, pois os impasses educacionais estão sendo justificativas aos problemas dos nossos alunos.

Crianças com habilidades abaixo da média são muito mal servidas por nosso sistema educacional. Aquele que é menos capaz academicamente continua a sofrer as consequências de quaisquer que sejam os problemas agudos ou crônicos que afetam o sistema educacional. (Departamento of education and Science apud MITTLER, 2003, p. 23)

Faze-se oportuno trazer à tona a discussão sobre o viés da inclusão, hoje muito discutido, porém distorcido. Muitos relatam o problema frente aos limites e dificuldades do aluno, a incapacidade de aprender devido as suas necessidades, sendo que o problema não esta no aluno e sim na educação. Comumente citado na fala acima, as crianças sofrem pelos problemas que a educação perpassa e seu fracasso escolar é justificado por sua deficiência e não pelo real motivo, a ineficiência da educação, de investimentos, de políticas e da prática pedagógica.

Ao matricular X nas escolas, a mãe relata que não sofreu sequer discriminação, rejeição, ou qualquer outra ação que demonstrasse indiferenciação:

Todas as escolas das quais procurei para matricular X me receberem e receberam X muito bem, mas matriculei ele na qual eu tinha mais conhecimento, sabia que já havia alunos com necessidades educacionais lá.

Na primeira escola, regular, os materiais escolares solicitados eram os mesmos, o livro com assuntos abordados eram os mesmos, meramente com pouca diferenciação nas atividades de classe.

Ao conversar com a sua primeira professora, sobre como a escola abarca a inclusão, a mesma discorre da contradição.

A escola aceita todo e qualquer tipo de aluno, com quaisquer deficiência, mas na prática a situação é um tanto diferente. (professora Y)

Concordando com Mittler (2003) quando o mesmo fala que a inclusão não é somente colocar as crianças nas escolas regulares, mas mudar as escolas para torná-las mais responsáveis as necessidades de todas as crianças, é perceptível a necessidade de mudança, seja ela no corpo docente, na estrutura escolar, no currículo e principalmente na filosofia da escola. Garantir à entrada da criança a escola não é inclusão, o mesmo passará por exclusão quando perceber que aquele

espaço não está sendo direcionado para suas necessidades, o sujeito será marginalizado, sem ter sua garantia de permanência em um espaço que lhe é de direito.

A escola regular observada, primeira escola onde X frequentou, não oferece muitos recursos para se trabalhar com crianças com Síndrome de Down. A professora discorreu sobre o fato, quando falou do sentimento de incapacidade frente a essa criança.

Além de não ter tido formação para trabalhar com crianças com quaisquer deficiência, os materiais que a escola disponibiliza são os mesmos materiais para as demais crianças, sem recursos especializados, ou adequados para as crianças com necessidades especiais. (professora Y)

Além do mais, por dizer ser uma escola inclusiva, a mesma deveria ter a preocupação com o quadro de funcionários, na capacitação e estimulação na formação do professor. Matricular o aluno e por a responsabilidade somente para a professora, é centralizar toda a bagagem de inclusão sobre a mesma.

De acordo com a professora, a falta de preparação proporciona a mesma um sentimento de incapacidade, o não saber lidar com as necessidades do aluno, não ter instrumentos e nem formação para proporcionar as atividades que podem possibilitar um melhor rendimento e aproveitamento em seu desenvolvimento, deixando a desejar na própria educação que está sendo fornecida a essa criança. A falta de preparo e formação impede que o professor desenvolva uma prática pedagógica viável e sensível às necessidades do aluno.

Segundo SAAD (2003, p. 253):

Os professores, na maioria das vezes, não se encontram devidamente informados e capacitados para lidar com as diferenças e, quando não entram em pânico, simplesmente toleram o aluno como um figurante em sua classe (...), além disso, são necessárias condições estruturais para que os professores sejam incentivados a atuar, o que ainda não se efetivou, por exemplo, em um número mais reduzido de alunos por sala.

A quantidade de alunos por classe foi um item presente em ambas as realidades, o demasiado número de alunos impossibilita ao professor disponibilizar uma maior atenção aos educandos, um olhar direcionado, principalmente quando se tem em sua sala crianças com necessidades especiais, que precisam de uma atenção direcionada. É preciso que mudanças relacionadas à organização aconteçam para que o trabalho flua com maior qualidade para ambas as partes, tanto professor, quanto aos alunos.

Ao analisar a segunda realidade, na qual a criança hoje convive, podendo ter contato com crianças com a mesma especificidade sua e as crianças sem deficiência, percebe-se um olhar mais direcionado e menos distante da significação no seu processo de educação.

O próprio espaço é diferenciado da escola regular, é projetado pensando em algumas necessidades pertinentes da criança, os recursos oferecidos aos professores atendem as necessidades dos alunos, com construção de módulos adequados às etapas de desenvolvimento e as habilidades, as salas com cantinho de dormir, brincar, os cartazes e decorações sempre em destaque, para chamar atenção das crianças, as adaptações e utensílios para trabalhar a coordenação motora, os móveis e objetos expostos, com o propósito de despertar e estimular a visibilidade, a curiosidade e a descoberta, realmente enfocando no diferencial.

Figura 2: Sala da escola especial



Fonte: Melina Lima, pesquisadora, 2011.

Figura 3: Alfabeto da sala especial



Fonte: Melina Lima, pesquisadora, 2011.

Figura 4: Cantinho de descanso



Fonte: Melina Lima, pesquisadora, 2011.

Além de investimento na formação, é necessário preparar o espaço para abarcar a diversidade, atender as necessidades das crianças e proporcionar o possível, estimular através do ambiente. A utilização de recursos, brinquedos, materiais são fundamentais no desenvolvimento.

A profissional Z, se considera capacitada para atuar com crianças com NEE, sempre se aperfeiçoando com cursos oferecidos pela prefeitura do município, destacando dentre uma de suas falas, a importância do conhecimento para sua atuação com as crianças deficientes, pois cada qual tem sua especialidade, sendo necessário conhecer para saber atuar e contribuir de acordo as necessidades dos alunos.

A principal finalidade da educação, da infância à adolescência, é a de preparar indivíduos para serem eficazes e bem-sucedidos na vida adulta. Assim, a boa educação oferece uma combinação de habilidades básicas e especializadas. Para proporcionar este tipo de educação para crianças com Síndrome de Down, os educadores devem conhecer os desafios e problemas que essas crianças enfrentam, e como se responde a melhorar tais desafios. (FREDERICKS apud PUESCHEL, 1995, p. 183).

O que favorece a qualidade na educação especial, dentre tantas contribuições, é a formação do professor, o conhecimento que o mesmo tem e necessita saber das deficiências, os problemas pelos quais seus alunos enfrentam, os limites, o desenvolvimento, como trabalhar com os alunos de acordo com suas habilidades, dando significado a educação de acordo com o ritmo de cada aluno.

Dentre as falas sobre o desenvolvimento de X durante sua permanência na escola especial Z diz que ele desenvolveu bastante sua linguagem, e quando argumentei sobre qual espaço seria mais eficaz para ele desenvolver a linguagem, se na escola especial ou a regular, a mesma disse:

Ele se desenvolve melhor na especial, falam a mesma língua, frequentam a regular também por exigência do governo e para conhecer o outro lado do mundo, para quando ser jovem não ter dificuldade. (Professora Z)

Analisando a fala da profissional e dos estudos feitos sobre linguagem e socialização, há uma contradição na fala da mesma ao dizer da sua preparação, o seu comportamento frente ao motivo do desenvolvimento da linguagem da criança é errôneo. O pensamento da professora está nítido, ao saber que a mesma se diz preparada para trabalhar com crianças com NEE e discorre justificando que o desenvolvimento da linguagem da criança foi significativo e estimulado com mais ênfase na sala especial. A sua visão está restrita, a homogeneidade contribuindo para um avanço sem estimulação, por mais que a mesma proporcione de todas as maneiras a linguagem na sala de aula, é na interação como observado e confirmado pela mesma, durante o momento em que estão na sala, às crianças com Down pouco se comunicam umas com as outras.

Sabemos que a criança se desenvolve no meio, no contato com outros sujeitos e com as experiências, a mesma passa a adquirir e desenvolver suas habilidades, sendo a linguagem, uma das áreas a ser desenvolvida.

A exposição da criança ao meio é importante para a aquisição da competência linguística e a socialização. A familiarização dos sons, dos gestos e das palavras, quanto mais cedo melhor para a aquisição da linguagem na criança. A escola é um desses espaços de aprendizagem, ao ouvir outras crianças gesticularem, falarem, gritarem, estimula a criança a querer fazer o mesmo, a imitar o outro, como forma de aprender.

A criança constrói suas habilidades comunicativas sobre uma base de experiências, atividades, pessoas, objetos e conceitos que constituem seu mundo. Estas experiências podem ampliar o mundo da criança e aumentar sua necessidade de organizar este mundo por meio da linguagem (PUESCHEL, 1995, p. 243)

A frequência da criança na sala regular é importante, pois nesse espaço heterogêneo a mesma encontrará contribuições na qual ela necessita para se desenvolver. Na própria fala dos demais colegas, na interação, ocorre a aprendizagem do sujeito.

Fredericks citado por Pueschel (1995) diz que a integração na escola regular oferece à pessoa portadora de deficiência a oportunidade de aprender a atuar no mundo. Refletindo sobre esta, e a fala da professora, a presença do aluno com deficiência na sala regular irá proporcionar uma aprendizagem de vida e não somente escolar, aprender a lidar com pessoas das quais ele irá encontrar ao sair daquele espaço, a conviver em sociedade.

Uma fala bastante importante da professora de educação especial que discorre e reflete a realidade na qual a inclusão esta sendo tratada pela nossa educação é pertinente destacar. A mesma citou um caso de matrícula onde ocorreu na escola, e por ser uma escola inclusiva, o momento da inclusão ainda esta sendo inoperante.

Uma família veio trazer seu filho, que tinha deficiência mental severa, com diagnóstico médico, apresentar a escola e matricular o filho. A direção da escola achou inconveniente sua convivência na escola, por não saber do que esse menino era capaz e de prejudicar as outras crianças que já estudavam lá. (Professora Z)

Diante da fala, percebemos a falta de conhecimento e informação sobre como lidar com as deficiências, tamanhas que são, e a dificuldade de se efetivar a inclusão, vendo este possível aluno como uma “ameaça” a escola, e os demais

estudantes. Frente a esse destaque, o que seria realmente incluir, sobre a nossa realidade?

Percebe-se que o processo de inclusão ainda esta sendo construído, e por muitos, perpassa somente no garantir a vaga ao aluno, a frequência na sala de aula, sem dar significado a esse sujeito, a sua permanência na escola, e valorizar o seu direito a educação.

Incluir não significa apenas matricular, permitir a educação para todo aluno, a inclusão perpassa por toda a escola, uma preparação desde a estrutura física ao grupo de profissionais, fazendo com que a permanência desse aluno seja garantida, igualmente com seu aprendizado. "O acesso à escola extrapola o ato da matrícula e implica apropriação do saber e das oportunidades educacionais oferecidas à totalidade dos alunos com vistas a atingir as finalidades da educação, a despeito da diversidade da população escolar". (BRASIL, 1998, p. 15)

A escola especial se diz inclusiva, por ter em seu contexto crianças excluídas do processo na educação regular, tendo espaço na escola especial para aprender a conviver com o outro, a socialização, aos limites e regras, e principalmente a conviver na sociedade. Os direitos impostos em documentos e na constituição estão perfeitamente escritos, mas na prática é totalmente diferente. Põe sobre o professor somente a responsabilidade de educarem os alunos sem nem se quer dar meios, formação, estrutura, enfim, tudo que um professor precisa para que a educação de qualidade exista.

3.3 DIFICULDADES X POTENCIALIDADES NO PROCESSO E ESCOLARIZAÇÃO DO MENOR

Durante o percurso escolar de X, frente a entrevistas e histórias relatadas pela mãe, a mesma diz não ter passado por dificuldades quando se faz referir a inclusão da criança, do acesso a escola. Porém, alguns pontos foram destacados pela fala da mesma, e trazendo pelo olhar da inclusão, a importância da educação e da seriedade, sabe-se que o que hoje para a mãe não é visto como um problema, futuramente ela sofrerá os reflexos.

A falta de conhecimento, permite aos pais, muitas vezes a aceitação e a conformidade em relação aos processos de exclusão ou mesmo a chamada pseudo inclusão.

Por X ainda ser criança, o reflexo da não aprendizagem dele não é um fator tão preocupante aos pais. A realidade virá a tona, ao momento que os pais perceberem que seu filho cresceu, e no momento em que ele poderia aprender, ele não aprendeu.

Ao falar do percurso de X na escola regular, no local de primeira experiência, a mãe relata à inexistência de atividades adequadas a aprendizagem do seu filho, como podemos constatar no relato a seguir:

“As mesmas atividades que a pró passava para os meninos que sabiam pegar no lápis, ela passava pra X, que nem queria conta com riscar nem escrever, e quando fazia, era eu pegando na mão. As atividades do livro já trabalhavam com as letras, e ele nem traçar sabia, parei de comprar os livros, porque a pró me dizia que ele rasgava.” (Mãe)

FIGURA 5: Atividade da primeira escola, regular.



Fonte: Melina Lima, pesquisadora 07/05/2011

Sobre a fala da mãe relacionando com as falas anteriores da professora Y, sobre a falta de preparação ou mesmo de formação para atender a criança com necessidades especiais na escola, vamos perceber na prática, quando a professora passa para o aluno fazer uma atividade como a descrita na figura 5. A concretização da mesma ocorre dentre tantas ações, a solicitação desta atividade, uma atividade que exige da criança a posição e domínio da fase silábica para uma criança que não reconhece os sons (fala), não conhece as letras e não havia desenvolvido a sua coordenação motora para escrever palavras.

É necessário ao professor a sua prática ser voltada às impossibilidades presentes naquele aluno, tornando através de atividades, dinâmicas e interações na escola, reverter às impossibilidades em situações de aprendizagem. As atividades, ao não responder as necessidades da criança não irá proporcionar sequer alguma habilidade conquistada no aluno. Essa insignificância frente ao aluno torna a criança como um ser figurante na sala de aula, e que o mesmo se adapte as práticas propostas pela professora, discorrendo plenamente do discurso de inclusão e da própria educação.

A inclusão, como já foi discutida, não diz respeito somente e meramente ao ato de matricular. Mas, ao contrário disso, é dar aquela criança todo apoio e valor na educação, dando oportunidades para que diante as suas dificuldades ela descubra e aprenda, não se tornando limites, e sim, conquistas. A própria falta de conhecimento e formação da professora, proporcionou a exclusão do aluno, o mesmo não era exposto às possibilidades de aprendizagem, ficando a margem somente da interação com os colegas.

A própria interação, como propulsor da socialização, é importante a presença de um mediador, um sujeito para ativar o processo e estimular, dando maior significado e veracidade ao processo. A inclusão e a socialização são pontos indissociáveis, a socialização proporciona ao sujeito o contato com outros seres durante a interação, e a inclusão, sua entrada para o meio social, o contato com outros sujeitos.

Enquanto a convivência do aluno com SD e os demais colegas, na sua primeira escola, a professora Y pontuou seu desenvolvimento perante a socialização, os alunos ajudam X, ficavam de olho, pois todo objeto que via a mão ele direcionava a boca, brincavam, não tendo nenhum isolamento com ele, porém afirmou que durante os dois anos que X permaneceu na escola ele não aprendeu nada.

É importante salientar que a socialização justificada, como único objetivo de entrada desses alunos na escola comum, especialmente para os casos mais graves, não permite essa complementação e muito menos significa que está havendo a inclusão escolar. A verdadeira socialização, em todos os seus níveis, exige construções cognitivas e compreensão da relação com o outro. O que tem acontecido, em nome dessa suposta socialização é uma espécie de tolerância da presença do aluno em sala de aula e o que decorre dessa situação é a perpetuação da segregação, mesmo que o aluno esteja frequentando um ambiente escolar comum. (BATISTA, 2006, p. 23)

Isso nos leva a questionar quais seriam então, os objetivos traçados por essa escola e esse profissional, em uma sala de educação infantil e com criança com

NEE? Desenvolver a fala, a socialização, aprender algumas regras, a convivência, seria um nada para uma criança?

Ao retomarmos a realidade de X, durante as entrevistas a professora Z, ao falar do seu desenvolvimento neste percurso de estudo, justifica o desinteresse do aluno para estudar, fato este que leva ao aluno a não aprender. A professora diz que X não se concentra, ele só quer saber de brincar, culpabilizando a criança de não querer aprender, por uma deficiência sua, e uma inexperiência da mesma não saber como direcionar.

Segundo Schwartzman (1999) a atenção e a iniciativa na criança com Down apresenta pouca capacidade de resposta a estímulo, lentitude nas respostas, a tendência distração, causada por pequenos estímulos presentes no meio ambiente. Essas características temperamentais, relatando Candel (apud SCHWARTZMAN 1999, p. 248) são causadas pelo atraso da maturação neurológica.

Os comportamentos apresentados por X, não são comportamentos de criança desinteressada, como relata a professora, ele não se desconcentra porque ele quer, mas devido às deficiências causadas pela síndrome. O seu desenvolvimento cognitivo, dentre as demais funcionalidades, são diferentes de uma criança sem deficiência.

A despreparação e desinformação ocasionam muitas vezes uma marginalização do sujeito, por não saber das suas dificuldades a criança é rotulada como desinteressada e desatenta. Justificando com a fala de Schwartzman (1999, p. 256):

As causas das dificuldades não estão somente no aluno, mas também nas deficiências do ambiente educacional com planejamento adequado. A despreparação, a falta de conhecimento, de recursos na escola dificulta ao profissional trabalhar com esses sujeitos, levando a colocar a culpa do fracasso, na deficiência da criança.

Tomando como reflexão a idéia de não aprendizagem da criança, rotulada pela professora em uma de suas falas, percebemos está criança na escola, como um sujeito a mais, já rotulando seu percurso, de não aprender, sendo insignificante o seu acesso a escola.

Dialogando sobre o relacionamento dela com os demais alunos, com outras deficiências, como é o avanço, o comportamento, o acompanhamento, a professora elencou e é pertinente destacarmos importância da família na educação e no espaço escolar. O acompanhamento em casa é significativo para estimular a criança,

proporcionar momentos em casa de lazer e aprendizagem, a própria adaptação da criança na escola e a importância do conhecimento dos pais sobre as necessidades dos seus filhos.

Muitos dos alunos na escola não têm o desenvolvimento esperado por não terem o apoio dos pais, por desconhecerem as necessidades do filho, ou por não aceitarem, sendo uma das piores contribuições, a rejeição do filho. (Professora Z)

É perceptível a grande importância e diferença das crianças que tem um bom vínculo familiar, a participação da família na escola do que as crianças que apresentam uma ausência nesse quesito. A interação da família proporciona a criança um melhor desenvolvimento afetivo, emocional e cognitivo, estando presente em todos os seus processos e conhecendo sobre os limites da criança, a mesma está apta para contribuir na evolução do filho. “O processo de aprendizagem é enriquecido quando os membros da família, carinhosos e compreensivos, ajudam a criança com síndrome de Down a atingir seu potencial pleno” (PUESCHEL, 1995, p. 219)

Retratando a família de X, a mesma sempre esteve presente em todo percurso da vida da criança, preocupando da forma que entendem e conhecem, com os limites e avanços a serem alcançados pelo aluno, sempre presente na escola, fazendo com que seu filho não passe por discriminações, porém pela inexistência do grau de complexidade da educação do filho, a mesma não se atenuou para cobrar e exigir mais da escola, o retorno a aprendizagem da criança.

Concordando com Bowlby (apud VOIVODIC, 2002) a presença da ajuda dos pais é de extrema importância para auxiliar a desenvolver as relações afetivas. É necessário sobre isto, a informação e a qualificação para ocasionar efeitos significativos na vida da criança e no seu desenvolvimento.

3.4 APONTAR SUGESTÕES DE PROPOSTAS PARA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA REGULAR

Para que a inclusão realmente seja efetivada, muitas mudanças são necessárias a surgir, na implementação e organização da escola, e do próprio conceito de educação frente à mesma. Transformar a escola em um espaço que se adéque a todo e qualquer tipo de aluno, abraçando as diferenças, unindo-as e

concretizando a base ideal da educação, a formação do sujeito para atuar na sociedade.

A educação inclusiva deve ser entendida como uma reforma educacional. É uma reforma que pretende inovar práticas e modificar valores inerentes à escola pública tradicional. Esta modificação vai no sentido de desenvolver valores educacionais e metodologias de ensino que permitam a alunos com diferentes capacidades aprender em conjunto. (RODRIGUES apud BRASIL 2008, p. 34)

A reestruturação do sistema de ensino é um dos importantes passos para que essa inclusão ocorra. Durante a pesquisa de campo, ambas as professoras, tanto da regular, quanto da especial questionaram a quantidade de alunos na sala para um único profissional trabalhar. Segundo uma de suas falas a mesma diz que o professor se sente “incapaz”, por não ter como dar atenção, em uma sala com 22 crianças, como era realidade da primeira escola de X, e mais uma criança especial, a realidade lhe era preocupante, sabendo que todos têm aptidões e desenvolvimento diferentes, o trabalho se torna sufocante e desafiador, o que seria mais acolhedor e com melhor rendimento, uma sala com um menor número de crianças.

Sobre essa argumentação, relacionando-se a escola pública, é necessário levar a tona a discussão para a construção de políticas que venham realmente analisar e se preocupar com o rendimento dos alunos e reconhecer o valor humano do professor, que por mais profissional que seja, acaba deixando a desejar pelo fato de no espaço da sala de aula está presente muitas realidades, dificuldades, cabeças, resumindo, alunos, e uma única pessoa ficar responsável por educar esses indivíduos. É cabível sobre esta, uma reforma em prol a quantidade de alunos por classe ou a estruturação no quadro de professores, promovendo um melhor aproveitamento para os estudantes, os profissionais e para a escola, por valorizar e engrandecer a singularidade de cada aluno, dando a oportunidade do professor ter maior acesso para poder contribuir na vida daquelas crianças.

Proporcionar a todas as pessoas o acesso a educação, sem distinção nem particularidade nada mais é do que um dever, sendo este violado, muitas vezes pela falta de conhecimento, por acomodação, ou por falta de investimentos e políticas em prol a conquista de um direito.

De acordo com as Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica ,Brasil(2001) se cada criança ou jovem tiver acesso ao conjunto de

conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania, estaremos dando um passo decisivo para a constituição de uma sociedade mais justa e solidária.

Permitir essa permanência e o acesso ao conhecimento, sobre o aluno com necessidades especiais, vai além da inclusão dita pelas escolas observadas, ao ato da matrícula o sujeito não permanece sobre os direitos dele, apenas frequenta um espaço de direito seu, mas aprender e conhecer o que lhe é fundamental, ainda está a desejar.

Para que essa desapropriação sobre a educação não ocorra, é necessário dar significado a prática do professor, a sua capacitação para atuar em diversos espaços, já que a escola abarca uma multiplicidade, os sujeitos da escola devem saber atuar sobre os mesmos, sempre se aperfeiçoando e procurando uma formação continuada.

Neste sentido, as Brasil (2001) traz a importância da formação do professor para o ensino na diversidade, bem como para o desenvolvimento do trabalho em equipe, sendo essenciais para a efetivação da inclusão.

Além da preocupação com a formação da docência, a escola precisa estar atenta as necessidades presentes nos seus alunos, para a partir desta utilizar os recursos materiais adequados para estimular as deficiências. Em uma das visitas a escola especial a professora mostrou-nos um objeto na qual ela adaptou para as crianças que tinham problemas avançados com a coordenação motora. Utilizou um acessório qual as mulheres usam para retirar leite da mama. A mesma adaptou como suporte no lápis, permitindo uma área de maior espessura, fazendo com que o aluno tenha uma menor dificuldade ao segurar o lápis.

São dentre os mínimos detalhes, desde o acolhimento, o tratamento desse sujeito no espaço, as adequações para a sua chegada e suas necessidades, a garantir a efetivação na permanência com qualidade desse aluno que faz com que o aprendizado dessas crianças excluídas ocorre.

Uma parceria na escola se efetiva em grande sucesso no desenvolvimento das crianças com necessidades. Como as necessidades educativas são ocasionadas muitas vezes, por problemas patológicos, para atender a essas necessidades é importante o apoio de alguns profissionais na escola.

Durante os diálogos com a mãe de X, a mesma falou da dificuldade em conseguir o acesso a todos os médicos necessários ao filho, e a rotina com a escola, o pouco tempo que tem para viajar em busca de médicos.

Tem dias que X passa quase a semana toda sem ir para a escola, o fonoaudiólogo, o terapeuta ocupacional e a psicopedagoga são de outras cidades, preciso viajar para levar, aí ele perde aula para isso, acaba atrapalhando na escola. (Mãe)

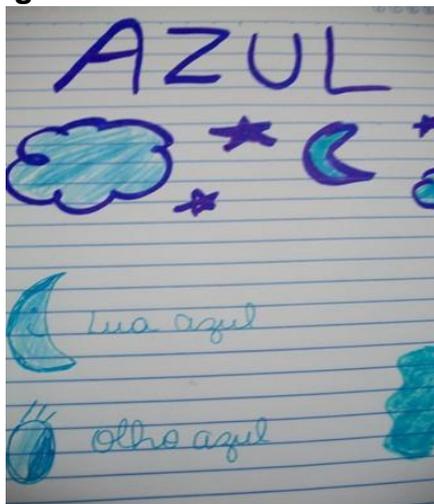
Trazer esses profissionais para o espaço escolar é um passo de grande sucesso e avanço. A parceria dos demais profissionais e o professor irá sim, concretizar a inclusão, os alunos teriam todo o apoio necessário, um melhor atendimento no próprio espaço que lhe é de aprendizagem, e contribuindo também, na atuação do professor, numa rede de construção, todos em prol a educação.

O acompanhamento aos médicos é imprescindível a vida da criança com Down. Mesmo com todas dificuldades a ela imposta, o conjunto de especialistas que irá dar sucesso e contribuição aos limites impostos a criança, devido às deficiências causadas pela mesma.

X não pode ficar sem ir ao fonoaudiólogo e ao terapeuta ocupacional, de jeito algum. Ele perde dias de aula, mas sem ir para o fonoaudiólogo ele não fica, os acompanhamentos ajudam na fala dele. (Mãe)

Diante das conversas, algumas atividades propostas pela fonoaudióloga foram registradas, entendendo o trabalho da mesma, utilizando das palavras, da visão, e dos sons, procurando intervir na linguagem da criança.

Figura 6: Trabalho da fonoaudióloga



Fonte: Melina Lima, pesquisadora 05/05/2011

Figura 7: Trabalho da fonoaudióloga



Fonte: Melina Lima, pesquisadora 05/05/2011

É realizado, pela fonoaudióloga um trabalho pedagógico, sons, escrita e imagem, sendo importante a parceria desta com o professor, propondo maior sucesso no desenvolvimento da criança.

A presença do fonoaudiólogo, psicólogo e psicopedagogo irá dar significado e sucesso cada vez mais nesse percurso, contribuindo para resolver os problemas de aprendizagem, de comportamento, de comunicação, dentre outros que poderão surgir no âmbito escolar.

É necessário, sobre o processo de inclusão, que os alunos com deficiência tenham acesso a um atendimento individualizado, um acompanhamento mais atencioso, sobre seu avanço, seus limites e o encaminhamento do percurso. Este contato individualizado não “condena” o discurso da inclusão, apenas propõe ao sujeito uma maior possibilidade de desenvolvimento, de conquistar os seus avanços.

Diante de diversas mudanças necessárias para a proposta de inclusão, uma das mais importantes e simples atitudes começam dentro de nós. Não devemos preparar nossos alunos e filhos com deficiência para aceitar a sociedade que temos, de discriminação, de normalidade e padrões. Precisamos educar sim, a nossa sociedade para saber conviver, a saber, que existimos porque a diferença existe e a respeitar o outro, diante de suas singularidades.

4 CONCLUSÃO

A inclusão escolar é um processo de amadurecimento social, de crescimento e aceitação. A escola, por conseguinte, a sociedade tem por dever primordial aceitar a diversidade, a valorizar todos os sujeitos e viabilizar, sobretudo, todos os direitos a quais o ser humano tem.

A educação especial oferece ao ser com dificuldades na aprendizagem, não somente deficientes, todo atendimento e propostas voltadas as suas necessidades, o local vai além de propor oferecer educação, adequar o sujeito ao espaço que lhe é de direito. Haja vista, no contexto pesquisado as escolas apresentavam deficiência na presença de outros profissionais que podem contribuir no avanço das crianças, principalmente na escola atual de X, de cunho público, onde a realidade dos alunos é diferente da realidade de escola particular, as famílias não têm condições de fornecer todo o acompanhamento necessário aos filhos, com fonoaudiólogo, psicopedagogo, neurologista, terapeuta e demais profissionais, ficando mais do que necessário a presença destes profissionais, contribuindo às crianças e ao trabalho do professor.

A Síndrome de Down, diante as deficiências ocasionadas pela disjunção cromossômica, necessita dos mesmos cuidados que uma criança sem deficiência precisa, porém com maior ênfase. Dentre os limites que são ocasionados, a criança com Down carece de estímulos para desenvolver suas habilidades, estímulos estes que devem ocorrer desde o primeiro momento de vida da criança.

Entre a discussão da necessidade de olhares, estímulos, “preocupação” voltada às especialidades, a escola regular entra com a função de estimular a criança com ações das quais na escola especial ela não encontrou, como o contato com as demais crianças, e principalmente a fala.

Durante a pesquisa feita na escola regular, primeiro espaço de experiência escolar de X, a professora relatou a mãe que o único avanço que X teve foi na

interação com os colegas, estimulando a fala, os gestos, o contato com outras crianças possibilita ao mesmo o desejo de aprender.

Apresentando a outra visão contraditória, na atual escola parcial, a professora da escola especial discorda do desenvolvimento da linguagem e a interação. A mesma defendeu a idéia que a criança desenvolve linguagem sem estímulos das demais crianças sem déficit na linguagem.

A escola especial apresenta os objetivos de uma educação única, formar o sujeito para atuar na sociedade, porém os assuntos e habilidades acadêmicas são adequadas às realidades dos alunos, aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Na escola regular, o ideal proposto é o mesmo, porém sem distinção de normalidade, todas as crianças juntas, ideal este ao menos presente em documentos. O diferencial deveria ser este, somente a junção das crianças com e sem necessidade, mas sabemos que infelizmente não é assim, na escola regular visitada a criança não era valorizada frente a suas necessidades, tendo a mesma que se adequar as atividades, ao ensino, e não ao contrário.

É pertinente a importância dos dois espaços para que a criança se desenvolva melhor, sendo essencial a frequência do sujeito em escola parcial. Frente a essas discussões, e as dificuldades encontradas com a formação do profissional, espaço, políticas, é cada vez mais preocupante e responsável para os pais o momento escolar da criança.

A família, como seio acolhedor, é que sofre todos os descasos encontrados, a frustração por não poder propor ao filho o que ele realmente precisa e merece, muitas vezes o preconceito que vivência diante da ignorância da sociedade, é ela que absorve e luta pelos direitos e pela educação da própria sociedade, como um todo, pois é a atitude do outro, a indiferença, a falta de conhecimento, a ignorância que ocasiona muitos dos problemas enfrentados por famílias com crianças Síndromicas.

A presente pesquisa objetivou dentre os motivos listados, uma perspectiva de sensibilização sobre a educação e seus caminhos, a responder a uma necessidade geral de inclusão e os desafios propostos pela mesma.

A auto avaliação percebida diante da fala da professora Y, as reflexões feitas pelas docentes durante a entrevista e as histórias relatadas demonstraram a compreensão diante da situação da necessidade de melhoria, de humanização da

educação. Não é necessário somente amor e carinho pela profissão, a atuação vai muito, além disso, é imprescindível o conhecimento, a preparação, os recursos e investimentos na educação.

A pouca preocupação governamental, as dispersas iniciativas vêm comprometendo o ideal proposto na educação pela constituição, "educação direito de todo cidadão". A educação esta sendo "objetivada", manipulada por quaisquer sujeitos sem instrução, sem ferramentas, sem estímulos, sem fornecer subsídios e recursos ao professor, fornecendo apenas à responsabilidade de dar sentido à vida do aluno.

É dentro desse contexto que se torna essencial desenvolver ações em prol a qualidade da inclusão. Ações essas que oficializem o ideal da educação proposto na constituição e nas diretrizes, uma educação para todos, sem desvio e distinção.

REFERÊNCIAS

ANDRE, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

_____. **Etnografia na prática escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BISSOTO, Maria Luísa. **Desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do portador de síndrome de Down: revendo concepções e perspectivas educacionais**. Ciências e cognição: ano 02, v. 4, março. 2005. Disponível em: <<http://www.cienciasecognicao.org>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. **Educação Inclusiva : a fundamentação filosófica.v.1**.Brasília:Ministério da Educação,Secretaria de educação especial,2004.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica Secretaria de educação especial**. MEC/SEESP, 2001.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares**. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998. 62 p.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. MEC/SEESP- Brasília: Secretaria, 1994.

_____. **Inclusão: Revista da educação especial**. Secretaria de educação especial: Brasília, v. 4, n.1, jan./jun. 2008.

CALADO, Sílvia dos Santos; FERREIRA, Sílvia Cristina dos Reis. **Análise de Documentos: método de recolha e análise de dados**. DEFCUL, Metodologia da investigação I, 2004-2005.

CARMICHAEL, Leonard. **Manual de Psicologia da criança**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 78.

COLL, César; POLACIOS, Jésus; MARCHASE, Alvaro. **Necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Editora Artmed, 1995.

CASTRO, Sabrina Fernandes de. **As representações sociais dos professores de alunos com síndrome de Down incluídos nas classes comuns do ensino regular**. 2006. 217 f. Dissertação-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS.

FERRARI, E. A. M. et al. **Plasticidade neural: relações com o comportamento e abordagens experimentais**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, p. 2, maio/ago. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 12 mai. 2011.

FONSECA, Vitor da. **Educação Especial: Programa de estimulação precoce - uma introdução às ideias de Feuerstein**. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

FONSECA, Vitor da; MENDES, Nelson. **Escola, escola, quem es tu? perspectivas psicomotoras do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

GOODE, William J; HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa social**. 7 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 2 ed.rev. Atual. São Paulo: Loyola, 2004.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **Políticas públicas de inclusão escolar de pessoas portadoras de necessidades especiais: reflexões**. Revista GIS, Rio de Janeiro, out. 2004. Disponível em: <<http://www.ltds.ufrj.br/gis/januzzi/januzzi2.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

LOPES, Josiane. **Vygotsky: O teórico social da inteligência**. Nova Escola, n. 99, p. 33-38, dez. 1996.

LOPES, Karina Rizek; MENDES, Roseane Pereira, et al. **Livro de estudo: módulo II**. Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância, 2005.

LUIZ, Flavia Mendonça Rosa e; BORTOLI, Paula Saud de; SANTOS, Milena Floria; NASCIMENTO, Lucila Castanheira. **A inclusão da criança com síndrome de down**

na rede regular de ensino: desafios e possibilidades. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, set/dez. 2008, v.14, n. 3, p. 497-508.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS. Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** São Paulo. Editora Atlas S.A., 2002.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil.** História e políticas públicas. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.** 2007.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral.** São Paulo: Editora Loyola, 1996.

MELO, Girlene Braga de. **A criança com síndrome de Down no processo de alfabetização.** Pedagogia em ação, v.1, n. 2, p. 1-122, ago./nov. 2009.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PAQUAY, Leopold et al. **Formando professores profissionais. Quais estratégias? Quais competências?** 2 ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

PAULON, Simone Mainieri, et al. **Documento subsidiário a política de inclusão.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 48 p.

PICO, L.; P. VAYER. **Educação Psicomotora e retardo mental.** São Paulo: Editora Monole Ltda.,1998.

População de Conceição do Coité. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 jul. 2011.

PUESCHEL, Siegfried. **Síndrome de Down: guia para pais e educadores.** 2 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica**: como facilitar o processo de preparação de suas etapas. São Paulo: Atlas, 2007.

SAAD, Suad Nader. **Preparando o caminho da Inclusão**: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com Síndrome de Down. São Paulo: Vetor, 2003.

SCHWARTZMAN, J. S. et al. **Síndrome de Down**. São Paulo: Memnon, 1999.

SILVA, Nara Liana Pereira; DESSEN, Maria Auxiliadora. **Síndrome de Down**: etiologia, caracterização e impacto na família. *Interação em Psicologia*, jul./dez. 2002, p.167-176.

STRATFORD, Brian. **Crescendo com a Síndrome de Down**. Brasília: CORDE, 1997.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linhas de ações sobre necessidades educativas especiais**. 1994.

VENTURA, Magda Maria. **O estudo de caso como modalidade de pesquisa**. *Rev. SOCE RJ*, set/out., 2007.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A; STORER, Marcia Regina de S. **O desenvolvimento das crianças com síndrome de Down à luz das relações familiares**. *Psicologia: Teoria e Prática*. São Paulo, 2002, p. 31-40.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alex N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Icone, 1988.

WILLARD, Thompson Meiness. **Thompson & Thompson:** Genetics in
Medicine. Trad. Marcio Moacyr de Vasconcelos. Copyright.1996. By N. B. Saunders
Company.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS XI – SERRINHA
CURSO: PEDAGOGIA
HABILITAÇÃO: DOCÊNCIA E GESTÃO DE PROCESSOS
EDUCATIVOS
ORIENTADORA: PROF.^a MSC. JUSCELI MARIA O. C. CARDOSO
DISCENTE: MELINA PIMENTEL FERREIRA LIMA

APÊNDICE A

Prezado(s) colaborador(s)

Estamos ao passo de uma construção de pesquisa onde é de ímpar colaboração a sua contribuição para o estudo de como a família enfrenta o percurso escolar de um filho com Síndrome de Down, quais os impasses e dificuldades, procurando compreender e contribuir de alguma forma na minimização dessas dificuldades e proporcionar uma discussão acerca do tema proposto.

Em suma, sua colaboração na pesquisa, nos relatos contribuirá significadamente para discutirmos e levar em tona os problemas que a família enfrenta no processo educacional da criança com Síndrome de Down.

DADOS SOBRE O ENTREVISTADO

Entrevistado “A”

Grau de parentesco: _____

Idade: _____

Escolaridade: _____

BLOCO 1

1. Desde pequeno, como era o convívio familiar com a criança? (diferenciado, como uma criança sem deficiência ou com cuidados extremos)

2. Quais foram às primeiras dificuldades evidentes enquanto a educação da criança com SD?

3. Ao chegar no momento da escola, como foi à decisão dos pais para qual escola colocar o filho? Usaram quais critérios?

4. Os primeiros momentos da criança na escola como foram? A acolhida na escola e a receptividade do mesmo?

5. O que você espera que a escola contribuía na formação (desenvolvimento) do seu filho?

6. Muito se fala hoje em dia sobre escola inclusiva, pra você o que seria uma escola inclusiva?

7. Independente do atual espaço escolar da criança, você é a favor da criança com necessidades especiais frequentar uma escola regular ou uma escola especial? Justifique.

BLOCO 2

1. Quais as contribuições percebidas por você, do seu filho ocorridas depois do contato com a escola?

2. Em relação à escola, o ensino está satisfazendo os idéias de educação para você?

3. Enquanto as atividades propostas para o aluno, você concorda?

4. O que a escola(se) deixa a desejar enquanto a educação das crianças com SD?

5. Ao seu modo de ver, como deveria ocorrer o processo de educação dessas crianças?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS XI – SERRINHA
CURSO: PEDAGOGIA
HABILITAÇÃO: DOCÊNCIA E GESTÃO DE PROCESSOS
EDUCATIVOS
ORIENTADORA: PROF.^a MSC. JUSCELI MARIA O. C. CARDOSO
DISCENTE: MELINA PIMENTEL FERREIRA LIMA

APÊNDICE B

Prezado(s) colaborador(s)

Estamos ao passo de uma construção de pesquisa onde é de ímpar colaboração a sua contribuição para o estudo de como a família enfrenta o percurso escolar de um filho com Síndrome de Down, quais os impasses e dificuldades, procurando compreender e contribuir de alguma forma na minimização dessas dificuldades e proporcionar uma discussão acerca do tema proposto.

Em suma, sua colaboração na pesquisa, nos relatos contribuirá significativamente para discutirmos e levar em tona os problemas sobre inclusão e Síndrome de Down.

ESCOLA REGULAR (PROFESSORA Y)

1. A escola é inclusiva?
2. Como vocês consideram uma escola como sendo inclusiva?
3. As atividades propostas às crianças com necessidades educativas especiais são direcionadas, ou são as mesmas para as demais crianças?
4. Os objetivos e a proposta da escola construídos são os mesmos para todas as crianças?
5. Como era o comportamento de X na sala de aula?
6. Durante sua permanência na escola, houve avanços?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS XI – SERRINHA
CURSO: PEDAGOGIA
HABILITAÇÃO: DOCÊNCIA E GESTÃO DE PROCESSOS
EDUCATIVOS
ORIENTADORA: PROF.^a MSC. JUSCELI MARIA O. C. CARDOSO
DISCENTE: MELINA PIMENTEL FERREIRA LIMA

APÊNDICE C

Prezado(s) colaborador(s)

Estamos ao passo de uma construção de pesquisa onde é de ímpar colaboração a sua contribuição para o estudo de como a família enfrenta o percurso escolar de um filho com Síndrome de Down, quais os impasses e dificuldades, procurando compreender e contribuir de alguma forma na minimização dessas dificuldades e proporcionar uma discussão acerca do tema proposto.

Em suma, sua colaboração na pesquisa, nos relatos contribuirá significadamente para discutirmos e levar em tona os problemas sobre inclusão e Síndrome de Down.

ESCOLA ESPECIAL (PROFESSORA Z)

1. Como a escola vê o processo de inclusão?
2. As atividades propostas condizem com as necessidades dos alunos?
3. Quais os recursos que vocês utilizam durante as aulas?
4. Essa divisão, dois dias na escola especial e três na regular, é importante para o aluno? De que forma?

5. Como é o relacionamento de X com os colegas?

6. Durante o tempo escolar da criança, quais foram os avanços alcançados ?

7. Como é o comportamento de X na sala de aula?